



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA**

**Sílvia Regina Silva Mota**

**ASPECTOS DO FENÔMENO CRASE:**  
**PERSPECTIVAS HISTÓRICA, GRAMATICAL E DE USO NO PORTUGUÊS**

Maceió-AL  
2012

**Sílvia Regina Silva Mota**

**ASPECTOS DO FENÔMENO CRASE:  
PERSPECTIVAS HISTÓRICA, GRAMATICAL E DE USO NO PORTUGUÊS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Denilda Moura

Maceió-AL

2012

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos**



M917a Mota, Silvia Regina Silva.  
Aspectos do fenômeno crase : perspectivas histórica, gramatical e de uso  
no português / Silvia Regina Silva Mota. – 2012.  
96 f. : il.

Orientadora: Maria Denilda Moura.  
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística : Linguística) –  
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-  
Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 91-95.

1. Crase. 2. Crase - História. 3. Crase - Normatização. 4. Crase - Uso.  
I. Título.

CDU: 801.54:801.16

 UFAL	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS</b> <b>FACULDADE DE LETRAS</b> <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA</b>	 PPGLL
---	--	--

## TERMO DE APROVAÇÃO

**SÍLVIA REGINA SILVA MOTA**

Título do trabalho: *“ASPECTOS DO FENÔMENO CRASE: PERSPECTIVAS HISTÓRICA, GRAMATICAL E DE USO NO PORTUGUÊS”*

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

*Denilda Moura*

\_\_\_\_\_  
 Profa. Dra. Maria Denilda Moura (PPGLL/UFAL)

Examinadores:

*Januacele Francisca da Costa*

\_\_\_\_\_  
 Profa. Dra. Januacele Francisca da Costa (PPGLL/UFAL)

*João Henrique da Costa Cardoso*

\_\_\_\_\_  
 Prof. Dr. João Henrique da Costa Cardoso (IFAL)

Maceió, 23 de abril de 2012.

Dedico esta dissertação a  
Fábia Pereira da Silva,  
pelo apoio, força, incentivo e amizade,  
sem os quais não me teria sido possível chegar aqui.

## AGRADECIMENTOS

“A gratidão é o único tesouro dos humildes.”

William Shakespeare

Primeiramente, agradeço a Deus, que me amparou nos momentos difíceis, direcionando-me nas horas de incerteza e concedendo-me força interior para superar as dificuldades.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), da Universidade Federal de Alagoas, cujos ensinamentos ajudaram-me bastante no desenvolvimento desta dissertação.

Quero agradecer à Professora Belmira Magalhães, pelos comentários e sugestões feitos à minha pesquisa, apresentada por mim no Seminário Discente, os quais despertaram em vários colegas o interesse em conhecer melhor o meu trabalho.

Agradeço, especialmente, à Professora Dra. Januacele da Costa e ao Professor Dr. João Henrique Cardoso, pelas sugestões, conselhos e dicas, na minha banca de qualificação. Boa parte das sugestões desses dois professores está aqui incorporada.

À minha orientadora, Dra. Denilda Moura, agradeço pela paciência, pelos ensinamentos acadêmicos e de vida, pelas críticas, que muito me auxiliaram e estimularam a continuar trilhando o caminho escolhido. Não fossem elas, eu não teria saído do lugar. Como já disse Chico Xavier, “as facilidades nos impedem de caminhar.”

Agradeço a uma Professora, em especial, cujo nome reservo-me o direito de “guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração”, que foi, no desenvolver desta pesquisa, um verdadeiro anjo guardião para mim. A sua intelectualidade, modéstia e simplicidade e o seu apoio incondicional só me fizeram bem e foram os principais responsáveis por eu prosseguir até aqui. A minha gratidão eterna, Professora. Esta é-me uma dívida impagável!

Agradeço ao funcionário Wesslen, que tão pacientemente atendeu-me em todas as vezes que o aborreci para que tirasse minhas dúvidas quanto ao funcionamento do curso.

Agradeço ao IFAL, que me proporcionou o retorno à vida acadêmica, por meio da Qualificação Institucional, bem como concedeu-me todas as condições para o desenvolvimento tranquilo dos meus estudos. Um agradecimento especial à minha Diretora de Ensino, Ângela Baraldi, e ao meu Coordenador, Valmir Pimentel.

Agradeço ao colega de trabalho Fábio José dos Santos, que, orientando-me nos primeiros passos pelo caminho da pesquisa, nem percebeu ter sido um dos responsáveis por eu ter alçado voos tão altos em busca do conhecimento.

Agradeço aos Professores Drs. Maria do Carmo Milito Gama e José Sérgio Amâncio de Moura, que me presentearam com o *Abstract*, salvando-me dos apuros pelos quais o uso de uma língua bárbara, sem propriedade suficiente para isso, poder-me-ia fazer passar.

Agradeço aos meus pais, que se orgulham de mim por eu ser a primeira mestra da família. Meu carinho especial à minha mãe, que, na sua simplicidade, me propiciou todas as oportunidades para minha qualificação pessoal e profissional.

Agradeço ao meu esposo Afrânio Mota, a quem, a partir de agora, poderei dedicar melhor o meu tempo e minha atenção. Muito pacientemente, ele aceitou o sacrifício dos nossos momentos mais simples de convivência, como assistirmos juntos a um programa de televisão, em prol das minhas pesquisas, no computador e nos livros espalhados pela nossa minúscula sala, para o desenvolvimento desta dissertação.

Finalmente, agradeço a todos que, embora não citados aqui, contribuíram, direta ou indiretamente, com o meu amadurecimento profissional e intelectual.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo uma incursão, na linguística histórica, sobre o fenômeno da crase, com o objetivo de explicar o seu surgimento na ortografia da nossa língua e as razões de sua normatização na escrita. Tal explicação baseia-se nos processos de mudança que vêm ocorrendo na língua portuguesa e, para isso, é realizado um estudo reflexivo, crítico e investigativo do fenômeno. É preciso observar, dissecar, analisar e especular as causas dos fenômenos linguísticos e, para isso, “três são as vias para o estudo histórico das línguas: voltar ao passado e nele se concentrar, voltar ao passado para iluminar o presente ou estudar o presente para iluminar o passado”. (FARACO, 2005, p. 118). Neste trabalho, seguimos, a segunda via de investigação, realizando um estudo do passado como forma de esclarecer o presente, assumindo que o atual estado de coisas teve uma origem e se torna compreensível quando podemos explicá-lo, detalhando o fluxo histórico que resultou na situação atual. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica, principalmente na gramática histórica, a qual assume, assim, um lugar referencial, tanto do ponto de vista histórico como epistemológico, na longa história da formação e desenvolvimento do conceito de crase. Ao mesmo tempo, abordamos a questão do ponto de vista sincrônico: quais são os fatos da língua, no uso atual, que provocam o fenômeno da crase? Procuramos discutir a questão da relação entre o que é crase, do ponto de vista real, comentando pontos da literatura, e a convenção ortográfica, que enviesa os fatos para adequá-los ao que se aprende na escola. A crase é, conforme a gramática normativa da língua portuguesa, a fusão ou sobreposição de dois *aa*, com a finalidade de evitar uma pronúncia inarmônica. De acordo com Bisol (2002), desde os tempos antigos, a língua tende a desfazer hiatos no interior da palavra e essa tendência expandiu-se na frase do português arcaico que, pela combinação de palavras, deu lugar a inúmeros outros processos, dentre os quais este, que, na literatura, é visto como um dos processos de sândi vocálico. Este estudo visa a “explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (MANZO, 1971:32, in: LAKATOS, 2010, p. 166), propiciando o exame do tema sob novo enfoque, o que possibilitará chegar, talvez, a conclusões inovadoras sobre esse fenômeno, cujo registro, no português, dá-se apenas na língua escrita, bem como contribuir para uma melhor caracterização do que hoje se entende por crase, favorecendo o seu uso e, conseqüentemente, o ensino desse fenômeno fonético-sintático em sala de aula.

**Palavras-chave:** Crase. História. Normatização. Uso.



## ABSTRACT

This survey's purpose is a foray into historical linguistics, about the phenomenon of crasis, aiming to explain its emergence in our language and the reasons for its standardization in writing. This explanation is based on the processes of change that have been taking place in the Portuguese language and for this is accomplished a critical, reflective and investigative study of the phenomenon. It is necessary to observe, dissect, analyze and speculate the causes of linguistic phenomena and, to that end, "three are the ways for the historical study of languages: back to the past and focus on it, back to the past to illuminate the present or study the present to illuminate the past." (FARACO, 2005, p. 118). In this work, we have followed the second way, carrying out a study of the past as a way to clarify the present, assuming that the current state of affairs had a source and becomes understandable when we can explain it, detailing the history flow which resulted in the current situation. To this end, it was made a bibliographic search, mainly in historical linguistics, which assumes both historical and epistemological referential place in the long history of raising and development of the concept of crasis. At the same time, we have discussed the issue in a synchronic point of view: what are the facts of language, in current usage, which causes the phenomenon of crasis? We have discussed the issue of the relationship between what is crasis, in real terms, by commenting points of literature and spelling convention that traverse the facts to suit them to what you learn in school. According to the normative grammar of the Portuguese language, crasis is the fusion or overlap of two *aa*, with the purpose of avoiding a disagreeing pronunciation. According to Bisol (2002), since ancient times, the language tends to undo gaps within words and this trend expanded in archaic Portuguese phrase which, by combining words, gave rise to a number of other processes, including this one, which, in the literature, is seen as a process of vowel sandhi. The study aims to "explore new areas where problems do not have crystallized enough" (MANZO, 1971:32, in: LAKATOS, 2010, p. 166), providing the examination of the theme under new focus, what will come, perhaps, to innovative conclusions about this phenomenon, whose record, in Portuguese, is only in written language, as well as contributing to a better characterization of what we currently mean by crase, favoring its use and, consequently, the teaching of this phonetic-syntactic phenomenon in classroom.

**Keywords:** Crasis. History. Standardization. Usage.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Recorte 1 – Página 38 – Tratado Ortográfico, 1576 .....	27
Recorte 2 – Página 9 – Tratado Ortográfico, 1576 .....	46
Recorte 3 – Página v – Arte da Grammatica da Lingua Portugueza, 1824 .....	47
Recorte 4 – Introducção – Página vii – Arte da Grammatica da Lingua Portugueza, 1824 .....	47
Recorte 5 – Introducção – Página x – Arte da Grammatica da Lingua Portugueza, 1824 .....	47
Recorte 6 – Parte I – da Etymologia – Livro I – Página 9 – Arte da Grammatica da Lingua Portugueza, 1824 .....	48
Recorte 7 – Página v e vii – Arte da Grammatica da Lingua Portugueza, 1824 ...	48
Recorte 8 – Página 16 – Arte da Grammatica da Lingua Portugueza, 1824 .....	54
Fotografia 1 – Placa de advertência .....	77
Fotografia 2 – Placa na estrada .....	82
Fotografia 3 – Placa de indicação .....	84
Fotografia 4 – Placa na estrada .....	85
Fotografia 5 – Placa em bar .....	85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

$\sigma$ : sílaba

/ /: transcrição fonológica

[ ]: transcrição fonética

→: realiza-se como

$\phi$ : frase fonológica

$\phi+\phi$ : fronteira entre frases fonológicas

#: fronteira de palavras

C: consoante

$C_0$ : coda

$C_1$ : primeira consoante do *onset/coda* complexos

$C_2$ : segunda consoante do *onset/coda* complexos

DG: degeminação

I: frase entoacional

I+I: fronteira entre frases entoacionais

mesmo  $\phi$ : mesma frase fonológica

N: núcleo

O: *onset*

PA: português arcaico

PB: português brasileiro

R: rima

U: enunciado fonológico

U+U: fronteira entre enunciados fonológicos

V: vogal

X: unidade de tempo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 “DECIFRANDO A CRASE”: UMA INCURSÃO PELA LITERATURA</b> .....	20
<b>1.1 Preposições, artigos e pronomes demonstrativos</b> .....	22
1.1.1 As preposições .....	22
1.1.2 O surgimento do artigo e sua relação histórica com os pronomes demonstrativos .....	24
<b>1.2 Os diferentes enfoques dos estudiosos sobre o fenômeno da crase</b> .....	28
1.2.1 Sândi vocálico: crase, degeminação e elisão? .....	28
1.2.2 Uma discussão sobre a crase e suas interpretações por diferentes estudiosos .....	32
1.2.3 O fenômeno de sândi vocálico (crase) na escrita .....	37
<b>2 A CRASE NUMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA – A HISTÓRIA</b> .....	42
<b>2.1 A consolidação da crase no português escrito</b> .....	48
<b>2.2 Estudo histórico-linguístico interno sobre a crase via texto escrito</b> .....	49
2.2.1 Textos extraídos do <i>corpus</i> diacrônico do Rio de Janeiro .....	52
2.2.2 O emprego do acento gráfico no latim .....	57
2.2.3 O emprego do acento gráfico no português arcaico .....	60
<b>3 A CRASE NUMA PERSPECTIVA SINCRÔNICA – A FUNCIONALIDADE</b> .....	66
<b>3.1 Uma reflexão sobre diacronia e sincronia</b> .....	66
<b>3.2 A inadequação da escrita como um processo sinalético de quem redige</b> ..	68
<b>3.3 O estigma da crase na língua portuguesa</b> .....	70
<b>3.4 O dogmatismo gramatical da crase x o uso</b> .....	71
3.4.1 Escrita x fala .....	72
3.4.1.1 Contexto 1: a crase entre a vogal <b>a</b> átona sem classificação gramatical + o artigo <b>a</b> + a vogal <b>a</b> átona sem classificação gramatical .....	73
3.4.1.2 Contexto 2: a crase entre a vogal <b>a</b> átona sem classificação gramatical + o artigo <b>a</b> .....	75
3.4.1.3 Contexto 3: a crase entre a vogal <b>a</b> átona sem classificação gramatical +	

a preposição <b>a</b> .....	76
3.4.1.4 Contexto 4: a crase entre a vogal <b>a</b> átona sem classificação gramatical + a preposição <b>a</b> + o artigo <b>a</b> .....	78
3.4.1.5 Contexto 5: ocorrência da crase inadequada à sistematização gramatical	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90

*Na matéria publicada em Língua Portuguesa, João Herrmann argumenta que a crase, desde sua instituição, não tem feito outra coisa senão humilhar muita gente. É bem possível que esteja subjacente ao argumento do legislador o aforismo "A crase não foi feita para humilhar ninguém", criado, jocosamente, em 1955, pelo poeta maranhense Ferreira Gullar, um conhecedor profundo da arte de crasear. Quem lê a biografia do poeta, fica sabendo que ele, na juventude, debruçou-se por dois anos sobre estudos gramaticais, após ser advertido por erros de português em uma de suas redações. Um exemplo célebre de que se pode conciliar criatividade com técnica, pois Gullar se tornou um de nossos mais festejados poetas...*

### **CRASE EM QUESTÃO**

*Com educação não há humilhação*

*Por Walter Rossignoli em 13/2/2007*

## INTRODUÇÃO

A epígrafe torna patente o tema que me proponho a investigar neste trabalho, ao evidenciar questões relacionadas ao fenômeno da crase. Esta pesquisa nasceu da inquietação, como professora de Língua Portuguesa, diante da dificuldade da maioria dos meus alunos, quanto à percepção e ao registro de ocorrência da crase na produção de textos em sala de aula, bem como da dificuldade observada em muitos usuários nativos do português, quando têm de reconhecê-la e empregá-la na escrita.

Lendo a Gazeta de Alagoas, de 27 de março de 2011, encontro, em uma reportagem sobre o consumo de crack nos canaviais alagoanos, uma inadequação da crase logo nas primeiras linhas: “A polícia diz que o vício alcançou de vez **à** zona rural...” Teria sido este um desconhecimento do autor sobre o emprego da crase? Em um memorando recebido de um doutor em informática, identifiquei mais duas inadequações do mesmo fenômeno numa única página: “Entreguei **à** ela os formulários” e “**À** partir de amanhã, entraremos em recesso”. O doutor em informática não sabe usar a crase? Na estrada próxima à praia de Paripueira, uma placa indicativa: “Pizza lenha **à** 1 km”. O dono da pizzeria ou o responsável pela placa não sabe quando ou onde existe ou não existe a crase?

Diante dessas questões, que tratam sempre do “patrulhamento” do “uso correto” do sinal grave para sinalizar a crase no português brasileiro, o que está fazendo a escola no sentido de oferecer aos usuários da língua um suporte para a compreensão e a percepção desse fenômeno linguístico? Quais os problemas que aí estão envolvidos? Que proposta teórica explica melhor o fenômeno da crase na estrutura da escrita do PB?

Da experiência da sala de aula e também fora dela, ficou-me a lição de que a crase, não somente no meio discente, como também no profissional, entre, até mesmo, professores de língua portuguesa, os quais lidam cotidianamente com tal fato linguístico, é considerada um tópico complexo, não podendo ser abandonado como improdutivo, uma vez que seu emprego implica, na escrita, por parte do usuário da língua, a compreensão das relações morfossintáticas.

Do ponto de vista etimológico, “crase” provém do grego *krâsis*, que significa *mistura*, *fusão*. Assim, pelo estabelecimento de sua conceituação gramatical, não faz sentido que o fenômeno só se apresente nas gramáticas da nossa língua como a

fusão de dois **a**. Perturba mais ainda observarmos a aplicabilidade restrita imposta pelas gramáticas normativas, indicando-nos que, além de ocorrer diante de palavras femininas (o que é óbvio, pois trata-se da fusão da preposição *a* com o artigo feminino), a crase pode ocorrer apenas com os pronomes demonstrativos “*aquela, aquela e aquilo*”.

Na construção: “Vou àquela igreja todos os domingos”, registra-se, na escrita, a crase entre a preposição **a** exigida pelo verbo *ir* e a vogal **a** que inicia o pronome demonstrativo “*aquela*”. Não seria essa normatização decorrente de uma questão diacrônica? Segundo Maurer Jr. (1959, p. 111):

os demonstrativos populares – **inclusive os advérbios correspondentes aos pronomes** (*grifo meu*) – vêm muito frequentemente reforçados por um velho advérbio ou partícula epidítica [demonstrativa] *ecce*, ou *eccu(m)*<sup>1</sup>, êste último formado do mesmo advérbio *ecce* com o demonstrativo (*h*)*un(c)*, acusativo de *hic*. Ao lado destas duas formas, algumas línguas românicas postulam \**accu*, em que se tem visto um cruzamento de *eccu* e *atque*, ou simplesmente *atque*, para o que se aduzem exemplos como: “*Ubi cenamus, inquam? Atque illi abnuunt*”<sup>2</sup> (Plauto, *Captivi*, 481”).

“*Ille*” era, no latim vulgar, um demonstrativo usual “(e reforçado: *ecc’ille, eccu’ille ou accu’ille*) = *aquê*, isto é, designativo de objeto remoto.” (MAURER JR., 1959, p. 111). O **a** inicial dos pronomes demonstrativos *aquela, aquela, aquilo* correspondem, pois, ao **a** inicial de *accu*.

Ora, por que quando construímos uma frase como, por exemplo, “Vou ali, volto já!”, não podemos, segundo os preceitos gramaticais, registrar a fusão entre a preposição e o **a** inicial do advérbio de lugar: “Vou *àli*, volto já!”? Ou ainda: “Chegamos *àqui* exaustos.”? Os advérbios *ali* e *aqui*, etimologicamente, vêm do “lat. *ad illic* ‘ali, lá, acolá’” e “lat. vulg. \**accuhic*, de *accu-* partícula enfática (<*ecce* + *hunc*, ac. masc. sing. de *hic*, *haec*, *hoc* com infl. de *atque*) + o adv *hīc* ‘aqui, neste lugar; agora’.” (HOUAISS, 2009, p. 95 e 169, respectivamente).

Estaríamos, se o fizéssemos, registrando na escrita o fenômeno da crase, pois existe aí uma fusão entre a preposição exigida pelos verbos *ir* e *chegar* e a vogal inicial dos advérbios, afinal, embora nossas gramáticas nem sempre definam

<sup>1</sup> adv. eis; eis que; de repente.

<sup>2</sup> Eu digo quando jantamos? Eles (Aqueles) dizem que não.



com clareza o que tomam por crase, esta significa fusão de duas ou mais vogais idênticas numa só. Segundo Houaiss (2009, p. 566), crase é:

s.f. (1819) **1** na gramática grega, fusão ou contração de duas vogais, uma final e outra inicial, em palavras unidas pelo sentido, e que é indicada na escrita pela *corônis* **2** FON GRAM fusão de duas vogais idênticas numa só, que ocorre, p.ex.:, na evolução das línguas român. (lat *colore* ‘cor’ > port. *coor* > *cor*) **3** GRAM contração da preposição *a* com o artigo *a* ou com o pronome demonstrativo (*à* = *a* + *a*; *àquele* = *a* + *aquele*) **4** p.ext. GRAM acento grave que marca na escrita a contração [...] ETIM gr. *krásis, eōs* ‘ação de misturar, temperamento, fusão de sons’, adp. ao lat.tar. *crásis* ‘fusão’.<sup>3</sup>

O leitor poderia perguntar se, no exemplo dado (vou àli), deveria mesmo existir a crase e até sugerir a substituição do advérbio por outro iniciado com consoante – *vou lá*, por exemplo –, a fim de identificarmos se há ou não a exigência da preposição **a** pelo verbo ir. Pensamos que não é só uma questão de o verbo “ir” exigir ou não a preposição, pois um “fenômeno mais interessante do latim vulgar é o reforço de grande número de advérbios de tempo e de lugar e de certas preposições pela anteposição de uma preposição, sem que se modifique o seu sentido fundamental.” (MAURER JR., 1959, p. 167). O advérbio *lá*, no português arcaico, era *alá*, derivado, etimologicamente, de “lat. *ad* + adv. *illac* ‘naquele lugar’.” (HOUAISS, 2009, p. 1145).

No sistema das vogais orais, desde o latim imperial e que permanece no português contemporâneo, as vogais átonas, como é o caso da preposição **a** exigida pelo verbo *ir* e do **a** inicial de *alá*, são frágeis e tendem a enfraquecer ou cair.

Houve, no português moderno, um enfraquecimento ou mesmo a queda dessas duas vogais? Possivelmente.

Segundo Said Ali (1964, p. 34): “a vogal **a** podia enfraquecer-se e desaparecer, como nas combinações *atèqui, atèli, atégora, algũora*, ainda usadas nos sermões de Vieira”. Esse, entretanto, é, talvez, um estudo a se fazer posteriormente, pois, no campo preposicional, muito há que se discutir. O português brasileiro, por exemplo, utiliza com verbos de deslocamento, na língua falada, **em** em vez do **a** do português europeu (PE *vou / cheguei ao centro* vs. PB *vou / cheguei no centro*; cf. Große, 1999). (NOLL, 2008, p. 90).

<sup>3</sup> Segundo o Dicionário Antônio Houaiss, *corônis* significa: **2** *signo gráfico semelhante ao apóstrofo (') que, em manuscritos gregos, servia para indicar as vogais longas ou ditongos resultantes de crase ('contração') entre duas palavras na frase.*

Ainda conforme Noll (2008, p. 90),

“a construção com *em*, corrente na língua coloquial, com verbos de deslocamento (*vou, cheguei no centro*) é um arcaísmo, que remete ao uso latino de *in* + acusativo (cf. fr. *je vais in ville*) e é atestado, por exemplo, no Cancioneiro da Vaticana (s. XIV, compilado no s. XVI), depois em João de Barros e em Camões (s. XVI). No português brasileiro, algumas construções cristalizadas são também encontradas (*à* → *na mesa, na porta, na quinta-feira, na sombra*).”

Embora as regras gramaticais acerca da crase, que envolve também essas questões como a regência verbal e a nominal, sejam rígidas e tenham sido ratificadas nas diversas reformas ortográficas por que passou a língua portuguesa, uma mudança linguística, provocada pela regularidade na fala, ocorre num processo contínuo e ininterrupto, ainda que lento e gradual.

Cabe ao linguista, então, buscar interpretações fundamentadas do fenômeno, apoiado em alguma teoria linguística consistente, e trazê-las para os usuários da língua como hipóteses explicativas. No caso da crase, a explicação pode se basear nos processos de mudança que vêm ocorrendo na língua portuguesa e, para isso, faz-se necessário o estudo reflexivo, crítico e investigativo do fenômeno.

É preciso observar, dissecar, analisar e especular as causas dos fenômenos linguísticos e, para isso, “três são as vias para o estudo histórico das línguas: voltar ao passado e nele se concentrar, voltar ao passado para iluminar o presente ou estudar o presente para iluminar o passado.” (FARACO, 2007, p. 118).

Neste trabalho, como o nosso objetivo é a análise dessa questão linguística – o fenômeno da crase – seguiremos a segunda via de investigação, realizando um estudo do passado como forma de esclarecer o presente, assumindo que o atual estado de coisas teve uma origem e torna-se compreensível quando podemos explicá-lo, detalhando o fluxo histórico que resultou na situação atual. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica, principalmente em gramáticas históricas, as quais assumem, assim, um lugar referencial, tanto do ponto de vista histórico como epistemológico, na longa história da formação e do desenvolvimento do conceito de crase.

Ao mesmo tempo, abordaremos a questão do ponto de vista sincrônico: quais são os fatos da língua, no uso atual, que provocam o fenômeno da crase? Procuraremos discutir a questão da relação entre o que é crase, do ponto de vista

real, comentando pontos da literatura, e a convenção ortográfica, que enviesa os fatos para adequá-los ao que se aprende na escola. Sendo assim, esta dissertação constará de três capítulos, conforme justificamos a seguir.

No primeiro capítulo, faremos uma revisão da literatura, apresentando algumas considerações preliminares sobre a crase, de modo a mostrar ao leitor que esse fenômeno na nossa língua não é algo novo para a linguística. Ao contrário, é algo que se pode identificar nos textos medievais, datados do século XIII, e estudado pelos especialistas na nossa literatura como caso de sândi vocálico.

Entretanto, após a normatização da escrita, os casos de crase no português resumiram-se aos explicitados pelas gramáticas escolares, sendo todos os outros desprezados por estas e, mesmo existentes na fala e na escrita dos usuários da língua, considerados infrações às normas gramaticais impostas.

Entre todos os assuntos que dizem respeito ao fenômeno, consideraremos aqui aqueles que apresentam algum tipo de relação com a escrita. Por isso, trataremos sobre a preposição, porque

[...] usa-se o sinal grave indicativo de crase em um amplo conjunto de locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas constituídas por substantivo feminino: à vista, à prestação (cf. a prazo), à deriva, à frente, às claras, à queima-roupa; à guisa de, à custa de, à moda de, à mercê de; à medida que, à proporção que, etc. A lista é numerosa; por isso, a fonte de informação mais adequada ao assunto tem sido o dicionário. (AZEREDO, 2008, p. 533).

Ou seja, a preposição é uma palavra, como já dito, que compõe o fenômeno da crase. É mister entendermos um pouco sobre a sua existência no latim e a sua relação com as outras palavras, tanto no campo semântico, quanto no sintático, a fim de compreendermos a existência das locuções prepositivas no português e o emprego da crase naquelas locuções formadas por palavras femininas.

Observemos a seguinte frase:

(1) *Aos poucos*, a garota saía de casa.

A expressão *Aos poucos* é adverbial. Ela indica uma circunstância de modo, isto é, indica-nos que, *de modo devagar, imperceptível*, a garota saía de casa. Essa expressão adverbial é formada das seguintes classes de palavras: preposição (a) + artigo masculino plural (os) + substantivo masculino plural (poucos).

Ora, se substituirmos essa expressão adverbial, formada por um substantivo masculino, por outra, cujo substantivo seja feminino, antes deste aparecerá o artigo feminino. Observemos agora esta frase:

(2) Às vezes, a garota saía de casa.

Essa expressão adverbial é formada, na escrita, das seguintes classes de palavras: preposição (a) + artigo feminino plural (as) + substantivo feminino plural (vezes). Se pronunciarmos as frases (1) e (2) acima, tanto numa como noutra, articularemos os artigos que aí aparecem. A diferença é que, na frase (2), provavelmente realizaremos uma fusão entre os dois **aa**: a preposição (**a**) e o artigo (**as**).

A crase é, assim, conforme a gramática normativa, a fusão ou a sobreposição de dois **aa**, com a finalidade de evitar uma pronúncia inarmônica. De acordo com Bisol (2002), a língua tende, desde os tempos antigos, a desfazer hiatos no interior da palavra, e essa tendência expandiu-se na fase do português arcaico que, pela combinação de palavras, deu lugar a inúmeros outros processos, dentre os quais a crase.

Desse modo, em vez de dizermos: “Volta a as aulas”, em que a preposição **a** e o artigo **as** formariam um hiato, fazemos a contração desses **a** e **as**, evitando o choque fonético de duas vogais idênticas: **aa**. Essa fusão ocorre tanto na escrita, quanto na fala, embora, nesta última não seja perceptível, uma vez que cria uma única vogal e não uma vogal longa. Ela é representada na escrita pelo uso do acento grave, porque, segundo a gramática normativa da língua, a não marcação dessa fusão poderia gerar ambiguidades morfossintáticas.

Assim:

Eu bato à porta. (na escrita) = Eu bato a porta. (na fala)

Ainda, nesse capítulo, abordaremos o artigo e sua origem. Embora não existisse no latim, o artigo existe na língua portuguesa e constitui-se um vocábulo átono, assim como a preposição **a**, também vocábulo átono, o que pode justificar o fato de somente essas duas classes de palavras constituírem o fenômeno crase registrado pelas nossas gramáticas normativas.

Da mesma forma que um biólogo, numa análise de viés ecológico, pode descrever os elementos de uma biota prescindindo da teoria da evolução, como faz o linguista sincrônico, o mesmo biólogo não poderá ignorá-la completamente, pois

toda a classificação dos seres dessa biota pauta-se em uma taxonomia que só faz sentido historicamente. É contraditório um linguista desmerecer o estudo histórico e, ao mesmo tempo, falar de línguas românicas ou indoeuropeias.

Também o contrário é absurdo, pois a história sem a sincronia é atomizante. Sincronia e diacronia são instrumentos de descrição das línguas, “o que é independente da diacronia é a *descrição sincrônica*, não o *estado de língua* real, que é sempre “resultado” de outro anterior e, para o próprio Saussure, é “produto de fatores históricos.” (COSERIU, 1979, p. 20).

Para esclarecer esse pensamento, pensemos na crase que, no interior da palavra, “se apresenta, amplamente, como um fenômeno diacrônico consolidado, diferentemente da crase que envolve fronteira sintática ou morfológica” (AZEREDO, 2008, p. 531), considerado um fenômeno sincrônico ou “estado de língua”.

No segundo capítulo, abordaremos a crase numa perspectiva diacrônica. Em duas subdivisões, apresentaremos alguns estudos tradicionais, mostrando como se comporta o acento no latim clássico e no português arcaico, pois “toda palavra latina é provida de um acento, fazendo exceção a isto apenas alguns vocábulos denominados átonos, que na pronúncia vão se apoiar à palavra seguinte, ou à precedente.” (FARIA, 1955, p. 113).

Como a crase, segundo Azeredo (2008, p. 531), “aplica-se especificamente à enunciação, em uma única vogal simples, de duas vogais iguais postas em contato, seja no interior da palavra (**leer** [forma arcaica] > **ler** [forma moderna]), seja na fronteira de duas palavras (Ela mora **a** aqui > Ela mora**a**qui)”, é preciso não só falar um pouco sobre a incidência do acento nesses dois momentos históricos do português, para mostrar a relação histórica desse fenômeno no português e que não é por acaso a sua consolidação no sistema da nossa língua, mas também buscar esclarecimentos sincrônicos.

No terceiro capítulo, então, abordaremos a crase numa perspectiva sincrônica. Procuraremos trazer de volta o problema: por que a confusão com o emprego da crase e a dificuldade de uso desta pelos usuários da língua portuguesa e as possíveis soluções identificadas nesse trajeto.

Apresentaremos alguns estudos relativos a esse fenômeno, tentando mostrar que é um assunto que está não somente na pauta dos estudos histórico-diacrônicos da língua portuguesa, como também envolve a variação sincrônica, constituindo-se os estudos filológicos que se relacionam diretamente com a escrita.

Trataremos dos casos de crase na oralidade que se refletem na escrita, fazendo ver que, se há o seu registro nas nossas gramáticas normativas, cujas regras são destinadas à escrita, é porque ela se realiza oralmente, ainda que não seja uma realização consciente por parte dos falantes.

Assim, ao longo deste capítulo, descreveremos trechos da língua escrita, em que se registra a crase como reflexo da língua falada, de modo a oferecer uma base mais adequada dos problemas que envolvem esse fenômeno na nossa língua, demonstrando que ele perpassa as limitações de uso impostas pelas regras gramaticais do português.

O fenômeno da crase é uma questão linguística que está muito além das “amarras” da gramática normativa. Analisá-lo a partir de pressupostos teóricos ancorados na Linguística é o objetivo principal desta nossa pesquisa.

Dessa forma, o estudo realizado, procurando não ser uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre o assunto, busca “explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (MANZO, 1971, p. 32, in: LAKATOS, 2010, p. 166), propiciando o exame do tema sob novo enfoque, o que possibilitará chegar, talvez, a conclusões inovadoras sobre esse fenômeno, cujo registro, no português, dá-se apenas na língua escrita.

## 1 “DECIFRANDO A CRASE”: UMA INCURSÃO PELA LITERATURA

Apesar de correntes na nossa língua, as definições sobre a crase ainda carecem muito de fundamento científico, pois são muito mais filosóficas do que linguísticas, têm natureza convencional e estão centradas apenas na tentativa de mostrar a existência do fenômeno linguístico na nossa língua.

Lançaremos aqui um breve olhar sobre o passado desses estudos na nossa língua, trazendo à tona informações acerca das quais perceberemos que não estamos sendo novos e que muito já tem sido visto e dito sobre esse fenômeno da língua portuguesa. Dizemos que é um fenômeno da escrita da língua portuguesa, porque, no francês, por exemplo, a escrita da preposição **a** com o acento grave (**à**) não implica a fusão de dois sons idênticos, como no português.

Barreto (1980, p. 266) assinala que

A preposição *à* não significou nunca entre nós o mesmo que em francês. Além de *quê*, em muitos casos, é impossível a substituição. Onde dizem os franceses: “votre prétention est difficile à obtenir”, “sa perfidie est à craindre”, “il est à craindre qu’elle ne nous aperçoive pás”, “cela est bien dur à digérer” (ou *à avaler*), “c’était une chose à voir”, dizemos nós com *de* e não com *a*: a vossa pretensão é difícil *de* obter; a sua perfídia é *de* temer; é *de* recear que não nos veja; é bem duro *de* digerir; era coisa *de* ver, fácil *de* crer, bom *de* comer. (BARRETO, 1980, p. 267-268, grifos do autor).

No nosso idioma, entretanto, a crase é um fenômeno existente há bastante tempo, já se fazendo presente em textos do português arcaico, conforme estudos feitos por Massini-Cagliari nas Cantigas de Santa Maria, cantigas medievais religiosas galego-portuguesas<sup>4</sup>, datadas do século XIII. Apesar disso, sua normatização data de outubro de 1885, quando, em Lisboa, em decorrência das diferenças na ortografia entre Portugal e Brasil, fixaram-se as *Bases da Ortografia Portuguesa*, em cujo capítulo II – Princípios Particulares da Ortografia da Língua Portuguesa, I – Da Acentuação, artigo 4<sup>o</sup>, fica estabelecido:

---

<sup>4</sup> Massini-Cagliari (2007, p.122) demonstra que o galego e o português daquela época não devem ser considerados línguas diferentes, mas sim “uma e a mesma língua”. A partir dos estudos apontados e outros, é possível inferir que o galego-português pode ser considerado uma manifestação ancestral legítima do Português e, devido a essa constatação, é que foram escolhidas as Cantigas de Santa Maria como corpus representante para o estudo dos processos de sândi vocálico externo no Português Arcaico.

O acento grave é diferencial: indica sempre a pronúncia alfabética própria da letra vogal alterável, isto é, susceptível de ter mais de uma pronúncia (a, e, o). Emprega-se na ortografia exclusivamente em tres circunstâncias: **na crase da preposição a com o artigo feminino a, a + a (ambos átonos) = à** (*grifo nosso*); na sílaba átona cuja vogal alterável haja de se proferir aberta e átona com a sua pronúncia alfabética, para que se distinga o vocábulo de outro seu parónimo, ex.: crêdor (cf. credor), prègar (cf. pregar); no u de prolacão gùe, gùi quando se proferir átono (cf. 2.<sup>o</sup>): argùir, agùentar, lingùística. (VIANA, 1885, p. 5)

No Brasil, por disposição do *Formulário Ortográfico de 1943*, em seu capítulo XII – Acentuação Gráfica, artigo 43, 16<sup>a</sup> regra, fica determinado que:

O acento grave assinala as contrações da preposição a com o artigo a e com os adjetivos ou pronomes demonstrativos a, *aquele, aqueloutro, aquilo*, os quais se escreverão assim: *à, às, àquele, àquela, àqueles, àqueles, àquilo, àqueloutro, àqueloutra, àqueloutros, àqueloutras*.

A *Reforma Ortográfica do Português de 1971*, adotada no Brasil, foi imposta pela Lei Federal 5.765, de 18 de dezembro de 1971. As maiores e principais transformações ocorreram nas regras de acentuação, diferentemente de outros regulamentos ortográficos, como o *Formulário Ortográfico de 1943* e o *Acordo Ortográfico de 1990*. Apesar dessas mudanças, entretanto, mantiveram-se as regras de colocação do acento grave para indicação da crase, definidas pelas já citadas *Bases da Reforma Ortográfica de 1885*.

Mesmo com todas as tentativas de simplificação ortográfica, ainda hoje, não somente muitos alunos como também profissionais das letras (professores, jornalistas, escritores) não conseguem entender a crase e quando representá-la na escrita. A língua escrita, como a falada, é uma propriedade coletiva. Para que todos possam utilizar-se dela, como de direito, torna-se necessário que se eliminem os obstáculos por meio de um ensino reflexivo de seus fatos.

Embora saibamos que a crase corresponde especificamente à enunciação, em uma única vogal simples, de duas vogais iguais postas em contato, no interior da palavra ou na fronteira de duas palavras, na língua portuguesa, por força de normatização, o fenômeno fixou-se, na escrita, apenas como a contração da preposição **a** com o artigo feminino **a** ou com o **a** inicial dos pronomes demonstrativos *aquele(s), aquela(s), aquilo*.



Os usuários da língua portuguesa, entretanto, só percebem a existência da crase quando, tendo de escrever, sentem dificuldades em empregá-la. Supomos que a dificuldade em se identificar essa ocorrência está na definição do artigo definido feminino (*illa*, no latim vulgar, e *la* nas línguas neolatinas francês, italiano e espanhol).

A justificativa para tal suposição apoia-se no fato de que, no português, os usuários convivem com três elementos sonoros, aparentemente iguais na fala, mas de funcionalidades diferentes: **a** (artigo), **há** (forma do verbo haver) e **a** (preposição). No período fonético da língua, que coincide com a fase arcaica, primeiro período histórico do português – histórico no sentido de documentado pela escrita, o artigo era *la*, entretanto transformou-se em **a**, o que perpetuou a confusão na nossa língua, pois, geralmente, não se consegue distingui-lo da preposição **a**.

## 1.1 Preposições, artigos e pronomes demonstrativos

Para compreendermos a crase na língua portuguesa, convém conhecermos um pouco a história das palavras que a compõem, ou seja, a história da preposição, do artigo e do pronome demonstrativo, a cuja contração se resumiu, na língua escrita, o fenômeno em nosso idioma.

### 1.1.1 As preposições

Na língua portuguesa, as preposições mais divergentes quanto ao uso são **a**, **de** e **em**. Uma das razões, talvez a principal, é que o latim não usava preposições diante dos casos nominativo, genitivo, dativo e vocativo. O português seguiu essa tradição latina com o nominativo e o vocativo, mas não com os casos genitivo (*de* < *de*, *desde* < *des* + *de* < *de* + *ex* + *de*) e dativo (*em*, *en* (*arc.*) < *in*), que correspondem, respectivamente, ao adjunto adnominal e ao objeto indireto, os quais, ao contrário do latim, são precedidos das preposições.

A preposição **a**, derivada de *ad* em latim, era utilizada com os casos ablativo e acusativo. O < d > suprimiu-se, gerando os diferentes usos nas línguas românicas, que, além desses dois casos latinos, empregaram-na também com o dativo. Esse sistema gramatical das declinações, porém, devido à informalidade da linguagem popular, foi-se dissipando.

Segundo Cardoso e Cunha (1978, p. 91):

[...] a tendência para o analitismo, (que) acabou por ser uma nota comum das línguas românicas, a qual, opondo-se ao caráter sintético do latim, passou a fixar a função das palavras na frase por meio das preposições: em lugar de *possessor propriae terrae* dizia-se *possessor de própria terra*. Dêsse modo, na medida em que o fenômeno ia sendo predominante, as preposições, que antes só se empregavam com o acusativo ou com o ablativo ou com ambos esses casos, se estenderam aos demais, tornando-os desnecessários. Já não se usava o genitivo, mas o ablativo regido de *de*; já não se empregava o dativo, mas o acusativo regido de *ad*. Cedo, entretanto, o acusativo passaria a ser empregado com qualquer preposição, pelo que, ao lado do nominativo, que era o caso sujeito, acabou por ser o único caso não sujeito sobrevivente.

Almeida (2000, p. 144) diz que as preposições *in* e *sub*, muito usadas no latim, ora regiam o acusativo, ora o ablativo. Ele, entretanto, diverge da generalização de Cardoso e Cunha (1978), ao afirmar que, quando empregadas com verbos que indicavam movimento, a preposição *in* traduzia-se como *para*, *a* ou *contra* e a preposição *sub*, como *para baixo*, *de*, *sob*. Nesse caso, ambas regiam o acusativo: *Eo in urbem.* (= Vou para a cidade.); *Puella sub sellam saltavit.* (A moça pulou para baixo da cadeira.).

Quando empregadas com verbos que indicavam permanência, a preposição *in* traduzia-se por *em*, *dentro de*, e a preposição *sub*, como *embaixo de*, *abaixo de*, *sob*. Nesse caso, ambas regiam o ablativo: *Sum in urbe.* (Estou na cidade.); *Puella sub aqua natat.* (A moça está nadando embaixo d'água.).

Sobre essa questão, Said Ali (1964, p. 48) expõe que

a preposição *em* acabou por obliterar-se, ficando o sentimento de que *no*, *na*, usado diversamente de *o*, *a*, em frases no sentido locativo, equivaleria à contração da partícula com o artigo". E é assim que ainda hoje costumamos analisar. [...] [Já] a preposição *a* combina-se com o artigo definido, dando para o masculino *ao*, *aos*, ou, em linguagem popular de Portugal, *ò*, *òs*, e para o feminino *à*, *às*. A forma *ò*, *òs* foi aceita por alguns escritores quinhentistas. A grafia *aa*, *aas*, usada outrora para o feminino, correspondeu a princípio à pronúncia de duas vogais; continuou, todavia, a usar-se durante algum tempo, quando a combinação da partícula com o artigo feminino já soava como uma vogal aberta.

Essa contração da preposição **a** com o artigo definido já era uma tendência na língua portuguesa, acontecendo, inclusive, com o artigo definido masculino em determinada época do português arcaico, conforme atesta Williams (1973, p. 147):

Uma forma (do artigo definido) *el*, que provém do nominativo *ille*, ou diretamente, ou através do espanhol, é hoje em dia usada apenas com o substantivo *rei*, embora em português arcaico seu uso fosse algo mais extenso (ver Comp, 261). No português arcaico, a preposição *a* e essa forma do artigo por vezes se contraíam em *al* (RL, XXXIII, 212).

### 1.1.2 O surgimento do artigo e sua relação histórica com os pronomes demonstrativos

Na introdução, perguntamos por que a normatização da crase na língua escrita portuguesa resume-se à fusão da preposição **a** com o artigo **a** ou com o **a** inicial dos pronomes demonstrativos *aquela*, *aquela*, *aquilo*. O objetivo de conhecermos um pouco sobre o surgimento do artigo em nossa língua é tentar mostrar a relação histórica entre os artigos definidos e os pronomes demonstrativos. Isso nos faz presumir que a norma resume-se à fusão da preposição **a** com o artigo definido **a**, que, de acordo com o contexto, apresenta função demonstrativa, a qual “se amorteceu desde que se tornou em costume o antepor, sem grande necessidade, a qualquer substantivo o vocábulo *o*, *a*, tornando-o seu companheiro quase inseparável. Desde então passou o demonstrativo a ser artigo.” (SAID ALI, 1964. p. 123).

No latim, não existia artigo, nem definido nem indefinido. Essa classe de palavras só aparece nos últimos tempos do latim vulgar e em escritores latinos tardios, com a condição essencial de “ter após si claro o nome de que depende, o qual será um substantivo ou outro vocábulo usado como tal. É por isso que a palavra *o*, originariamente a mesma, é artigo em *o bom livro*, *o escrever*, ao passo que continua na categoria de pronome demonstrativo em *livro melhor que o de Pedro*, *o que Pedro possui*.” (SAID ALI, 1964. p. 123).

Esses artigos, classificados no português como definidos, funcionam, na nossa língua, como adjunto de substantivos e se caracterizam pela origem, pela tonicidade, pelo comportamento no discurso, pelo valor semântico e pelos papéis gramaticais.

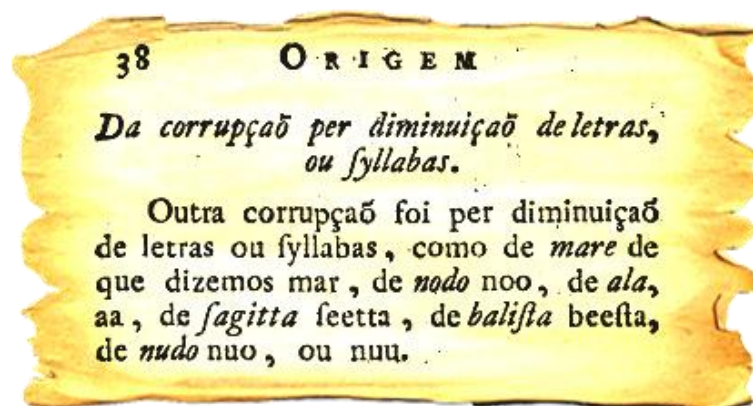
Quanto à origem, *o, a, os, as* prendem-se ao antigo demonstrativo latino *ille, illa, illud*, o que lhes garante o valor de “demonstrativos atenuados” (BECHARA, 2001, p. 153), e é provado com a conservação do *l* nas demais línguas românicas, como no francês (*le, la*), no provençal (*lo, la*), no castelhano (*el, lo, la*), no italiano (*il, lo, la*). Aparece desde a mais remota fase da língua portuguesa já sem vestígios do radical, inteiramente gasto, e reduzido à terminação átona *o, a* (escrito às vezes *ho, ha*).

Sobre isso, Michaëlis de Vasconcelos (1956, p. 12) diz até que “se em quasi todas as línguas neo-latinas temos artigos definidos, provenientes do demonstrativo latino *ille, illu* – (*el padre, il padre, o pai* – em port. antigamente *lo pae – le père*), forçoso é estabelecer que assim o empregavam os populares antes da desmembração do Império.”

No que concerne à morfossintaxe, essa evolução processou-se do latim ao galego-português e às demais línguas românicas. Da declinação nominal, restaram apenas duas formas oriundas do acusativo latino: uma para o singular e outra para o plural. As relações que o latim exprimia pelas desinências casuais passaram a ser expressas por preposições ou pela colocação da palavra na frase.

A tendência à simplificação contribuiu para a modificação da língua. É algo que Duarte Nunes de Leão chegou até a condenar, registrando no seu tratado de ortografia de 1576: *Origem, e Orthographia da Lingua Portugueza*, p. 38.

Recorte 1 – Página 38



Fonte: *Origem, e Orthographia da Lingua Portugueza*, 1784.

Esse mesmo fenômeno da simplificação ocorreu com os artigos definidos, os quais tiveram como origem o pronome demonstrativo *ille*. Como o acusativo é o caso

de onde provém a maioria das palavras portuguesas, com o artigo não é diferente. No caso acusativo singular, respectivamente nos gêneros masculino e feminino, aquele pronome flexiona-se *illum, illam*, e no plural, *illos, illas*. Tais formas, por normalmente funcionarem antes dos substantivos, sofreram uma supressão da sílaba inicial, dando origem, inicialmente, a *lo, los, la, las*, que se transformaram nas formas portuguesas atuais *o, a, os, as*, porque, como geralmente precediam-nos palavras terminadas em vogais, o *l* assumia uma posição medial, perdendo força. Assim, em frases como “**de lo pai, de los amigos, de la vida, pera los mosteiros, a los homens, a las virtudes, so la terra, digo-lo, vejo-la**, o *l* caiu naturalmente, ficando **de o pai, de os amigos, de a vida, pera os mosteiros, a os homens, a as virtudes, so a terra, digo-o, vejo-a**.” (HORTA, 1939, p. 125).

Quanto à tonicidade, são vocábulos eminentemente átonos, não podendo, portanto, funcionar sozinhos na oração. Do ponto de vista semântico e dos consequentes resultados nas funções gramaticais, está o primordial “valor atualizador” do artigo, de que decorrem os demais valores contextuais, a propósito do que Bechara (2001, p.153-154) afirma:

[...] o artigo definido identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o, extraindo-o de entre os objetos da mesma classe, como aquele que já foi (ou será imediatamente) conhecido do ouvinte – quer através do discurso (que dele faz menção), quer pela “dêixis” (que o mostra, ordenando-o espacial e temporalmente), quer pelo contexto idiomático, no qual a palavra é, quando não posteriormente determinada, nome de conceito ou de toda uma classe de objetos (assim, “o homem é um animal racional” equivale a “aquilo que conhecemos pela palavra *homem*...”) [HCv.1, 2, 1427].

Desse valor atualizador decorre o fato sintático de o artigo ser dispensado quando tal valor já vem expresso por outro identificador adnominal, seja demonstrativo (este homem), seja possessivo (meu livro), seja por equivalente a este valor, ou antes de um nome próprio, já por si atual e individual.

[...]

Este fato e a força identificadora contribuem para a possibilidade de calar o nome já antes anunciado ou, se não antes anunciado no discurso, conhecido e identificado pelo falante e pelo ouvinte: “o livro de Edu e o teu”, “a blusa branca e a azul”, “a blusa branca e aquela azul” etc. Tal possibilidade criou a diferença, na nomenclatura gramatical, entre o “artigo” e o “pronome demonstrativo”, baseada em dois fatos: o segundo o vale semanticamente por isto, isso, aquilo, e por usarem outras línguas, nesta situação, um pronome (ce em francês, quello em italiano), e não o artigo.

Segundo Coutinho (1976, p. 251), foi a seguinte a evolução do artigo definido: *illu > elo > lo > o*; *illa > ela > la > a*; *illos > elos > los > os*; *illas > elas > las > as*.

E explica:

O – *ĩ* – deu regularmente – e –; a consoante dupla – *ll* – simplificou-se. A queda do e inicial resultou de ser o artigo palavra proclítica: *elos campos*, *ela casa*, donde *los campos*, *la casa*. Em certos casos, tornava-se o – *l* – intervocálico: *de lo chão*, *a la pedra*, *pera los rios*. Nesta posição, ele caía. Surgiram então *o*, *a*, *os*, *as*. Estas formas, que a princípio só apareciam nas circunstâncias mencionadas, depois se generalizaram.

Dessa forma, como observamos, o pronome demonstrativo latino *ille*, *illa*, *illud* foi que, além de fazer as vezes de pronome pessoal-sujeito da terceira pessoa, tornou-se a base léxica do artigo definido no português, uma necessidade imperiosa quando as declinações latinas perderam as suas oposições distintivas e ficou difícil identificar o gênero e o número de muitos substantivos. Impunha-se uma caracterização inequívoca, que marcasse as palavras.

Assim, o artigo definido, no português, surgiu do acusativo singular do demonstrativo latino *illum*, *illam*, *illud*<sup>5</sup>: *illum* homem > *illu* homem > *iu* homem > *o* (som [u]) homem; *illam* casa > *ila* casa > *ia* casa > *a* casa; *illud* bom > *ilo* bom > *io* bom > *o* (som [u]) bom. Ficou igual ao masculino e, sem traços próprios, desapareceu. Teyssier (2007, p. 20) também atesta essa formação do artigo definido, a qual é encontrada em Said Ali e Coutinho, que relacionam o artigo definido ao pronome demonstrativo:

Um artigo definido forma-se com base no demonstrativo *ille*. As quatro formas saídas do acusativo, diferenciadas em número e em gênero – *illum*, *illam*, *illos*, *illas* –, dão inicialmente *lo*, *la*, *los*, *las*, em virtude da aférese sofrida pelo seu emprego proclítico. Como estes artigos vinham frequentemente precedidos de palavras terminadas por vogal – ex.: *vejo lo cavalo*, *vende la casa* –, o *l* desapareceu à semelhança de todos os *l* da língua que se achavam em posição intervocálica, com o que se chegou às formas *o*, *a*, *os*, *as*.

Havia, em latim, a partícula *ecce*, que se combinava com algumas palavras, principalmente na fase arcaica do idioma, para pôr em relevo a ideia por elas

<sup>5</sup> No latim clássico, havia três pronomes demonstrativos, correspondentes às três pessoas gramaticais: *hic*, *haec*, *hoc* (este, esta, isto) para a primeira; *iste*, *ista*, *istud* (esse, essa, isso) para a segunda; *ille*, *illa*, *illud* (aquele, aquela, aquilo) para a terceira.

expressa: *eccum* (*ecce + hunc*), *eccillum* (*ecce + illum*), *eccislum* (*ecce + islum*). Função idêntica desempenhava *atque*: *Atque ipse illic est* (Plauto) [= Ele mesmo/próprio está ali.]. O composto *eccum*, pronunciado *eccu*, influenciado provavelmente por *atque*, deu *\*accu*, que melhor explica os pronomes arcaicos *aqueste* < *\*accu + iste*, *aqueste* < *\*accu + isse* por *ipse* e o atual *aquela* < *\*accu + ille*.

A crase, porém, é um fenômeno que, apesar de ter seu registro limitado, na língua escrita, à fusão da preposição **a** com o artigo **a** ou com os pronomes demonstrativos *aquela(s)*, *aquela(s)*, *aquilo*, na língua falada, apresenta uma vasta ocorrência e, por isso, apresenta particularidades que merecem a nossa atenção.

## 1.2 Os diferentes enfoques dos estudiosos sobre o fenômeno da crase

Sobre o assunto já discorreram vários estudiosos do português, dentre os quais o filólogo Celso Pedro Luft, cuja obra inédita, coordenada pela viúva Lya Luft e pelo Dr. Marcelo Módolo, professor da USP, foi reunida no livro “Decifrando a crase: o domínio do a acentuado”, publicado pela Editora Globo em 2005. Isso prova que o fenômeno, assim como outros do nosso idioma pátrio, suscita ainda a curiosidade de muitos estudiosos.

No português, a crase está diretamente ligada às questões da acentuação e da tonicidade da vogal, assuntos sobre os quais discorreremos a partir de agora, objetivando mostrar que, na nossa literatura, há muito já se discute sobre a presença desse fenômeno na língua portuguesa.

### 1.2.1 Sândi vocálico: crase, degeminação e elisão?

Escrever como se fala é uma tendência muito comum entre os usuários de uma língua. Compreender a segmentação das palavras envolve as hipóteses de escrita, visto que se associa ao apoio que se faz à oralidade. Isso se deve ao fato de a modalidade oral não ser composta de sons isolados, conforme a escrita pode levar a concluir. De acordo com Cristofolini (2008, p. 1):

(...) durante a fala, as sequências de consoantes e vogais são produzidas com a sobreposição de gestos articulatórios (co-

articulação), resultantes da produção de 8 a 10 consoantes por segundo. Em contrapartida, a escrita é segmentada, o que torna a representação alfabética bastante abstrata.

Embora se inscrevam numa sequência linear, a fala e a escrita apresentam diferenças: aquela é marcada pela entonação, pelo ritmo e não apresenta, de forma explícita, os limites entre as palavras; esta não dispõe dos recursos da oralidade e dispõe de espaços em branco para a segmentação das palavras.

Contudo, esses sistemas de representação se aproximam quando se conceituam os processos de decodificação e codificação. Enquanto o primeiro refere-se à leitura, ou seja, à transformação dos grafemas em fonemas, o segundo diz respeito à escrita, à transformação dos fonemas em grafemas. Essa correspondência, a princípio simples, pode levar a concluir que o sistema de escrita só dispõe de relações biunívocas, mas, na verdade, ele lança mão de relações arbitrárias. Essas relações assimétricas estão estritamente vinculadas aos problemas de ortografia. É por isso que a apropriação das irregularidades ortográficas acompanha uma boa parte dos usuários da língua, já que são sustentadas por convenções ortográficas destituídas, algumas vezes, de lógica de regularidade.

O sândi é um processo da oralidade, mas que também se manifesta na escrita de muitos usuários do português brasileiro. Nesse sentido, convém recorrer ao que dizem alguns estudiosos sobre esse assunto.

Para Crystal (2000, p. 231), o termo sândi é usado na sintaxe e na morfologia para indicar uma modificação fonológica de formas gramaticais que ficaram justapostas. O termo deriva de uma palavra do sânscrito que significa junção. Segundo o autor, o mérito dessa noção reside no fato de que ela pode ser utilizada como um termo bastante geral dentro do qual podem ser colocadas diversas tendências estruturais, cuja inter-relação seria difícil de mostrar de outra maneira.

Ele explica ainda que, nas línguas em que as formas sândi são complexas, existe às vezes a distinção entre “sândi externa”, que opera entre limites de palavras, e “sândi interna”, que opera dentro das palavras. Ao pronunciarmos, por exemplo, as palavras *bola azul*, fazemos a junção do **a** final com o **a** inicial destas: *bolazul*, provocando um caso de sândi externa, isto é, entre limites de palavras. Já ao pronunciarmos a palavra *cooperação*, dizemos *coperação*, o que, para o autor, configura-se como um caso de sândi interna, isto é, dentro da palavra.



Para Trask (2004, pp. 260-261), o sândi é uma “modificação de pronúncia numa fronteira gramatical. [...] Proveniente da antiga gramática sânscrita, o termo sândi designa as alterações mórficas e fonológicas causadas pelo contato entre formas da língua.” São alterações que podem ocorrer no interior do vocábulo, como na junção vocabular, quando do final de uma palavra com o início de outra, processo que diz, referendando as palavras de Crystal (2000), denominar-se como externo.

Xavier e Mateus (1990, p. 327-28) afirmam que o sândi é um “fenômeno da fonética sintáctica em que um segmento inicial ou final de palavra é afectado pelo contexto em que ocorre, podendo apresentar diferentes realizações que dependem das características do som que antecede ou segue uma fronteira de palavra”.

Nos estudos do português arcaico e dialetal, sândi designava o fenômeno comum em que o fonema inicial ou final de uma palavra frequentemente desenvolvia-se como se fosse medial, por causa da justaposição da palavra precedente ou seguinte: *Elle tinha **entradono** Rio em hum Calambeck.*

Mas, com a tendência à individualização da palavra na linguagem moderna, desapareceu consideravelmente, “salvo entre palavras que mantêm forte relação sintáctica, onde pode falar-se em fonologia sintáctica, e. g., combinações de pronomes conjuntivos com verbos e **de preposições com artigos e pronomes**” (WILLIAMS, 1973, p. 121, grifo nosso): (1) *A roupa, lavou-a toda.* e (2) *Foi à (**àquela**) igreja.*

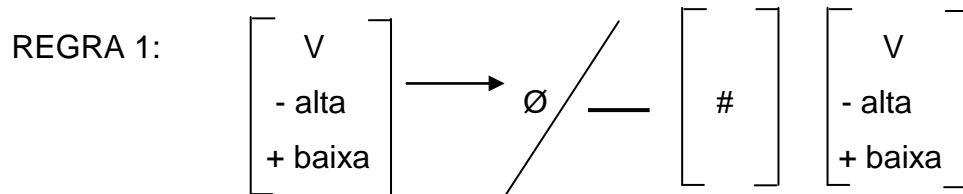
Em (1), o pronome, ao ligar-se ao verbo, transforma o **u** em um som medial, como se tivéssemos um tritongo: *la-voua*. Em (2), o **i** final de *foi* se justapõe com a fusão entre a preposição **a** e o artigo **a**: *Foià-i-gre-ja*, desenvolvendo-se também como medial. O mesmo aconteceria se, em vez do artigo **a**, tivéssemos o pronome **aquela**: *Foià-que-la*.

Ainda sobre essa questão, Williams (1973, p. 122) afirma que a divisão errônea de duas palavras em justaposição também favorecia o fenômeno, pois resultava “que uma vogal, uma consoante ou uma sílaba toda é permanentemente ligada ou desligada ao início da segunda das palavras” e isso chegava a provocar uma mudança no gênero do substantivo, como aconteceu, por exemplo, com

a palavra aleijão (que) decorreu da adição do artigo definido **a** a leijão (de laesiōnem). Mais tarde, o **a** final do artigo indefinido feminino, talvez na sua forma anterior *ũa*, se contraiu com êsse **a** inicial e a vogal contraída se destacou do artigo, assim mudando o

gênero do substantivo: ùa aleijão > ùaleijão > ù aleijão, isto é, um aleijão (RL, III, 131).

Cagliari (2008, p. 105) ratifica essa resistência do sândi vocálico na linguagem moderna, afirmando tratar-se de um fenômeno com ocorrência nas junturas intervocabulares, em que ou há a queda de vogais ou a formação de ditongos. E explica do seguinte modo:



REGRA 2: a estrutura [... C V<sub>1</sub> # V<sub>2</sub> C ...] fica [... C V<sub>2</sub>C ...]

Exemplo: /kaza # amarela/

[ka za ma ɾɛ la]

(casa amarela)

Para o autor, não ocorre o fenômeno da crase na junção de palavras em cujas fronteiras há vogais iguais e átonas, mas a queda da primeira vogal. É o caso do exemplo acima.

Para Massini-Cagliari (1999 e 2000), o que ocorre aí é um processo de crase, pois há o desligamento do núcleo da sílaba inicial da segunda palavra, seguido da sua reassociação ao núcleo da sílaba precedente, representando uma ressilabificação da estrutura inicial, conforme apresentamos no exemplo abaixo:

/kaza # amarela/

[ka za ma ɾɛ la]

(casa amarela)

Com a autora, concorda Nogueira (2007, p. 1) quando diz que

Sândi vocálico refere-se ao processo que desfaz encontros vocálicos, tanto dentro de palavra como entre palavras. Um exemplo de sândi vocálico interno é o que ocorre quando pronunciamos ‘coperar’ ao invés de ‘cooperar’. O sândi vocálico externo desfaz os encontros vocálicos nas fronteiras de palavras, como, por exemplo, em ‘casa amarela’. Tendemos a falar ‘casamarela’, **fundindo** (grifo nosso) as vogais presentes entre os dois itens lexicais.”

Vejamos a seguir a discussão dos diversos autores sobre esse fenômeno de juntura intervocabular, especificamente no que concerne à crase nas fronteiras de palavras.

### 1.2.2 Uma discussão sobre a crase e suas interpretações por diferentes estudiosos

Câmara Jr. (1977, p. 48), quando se refere à gradação da atonicidade, associa seus graus aos fenômenos de delimitação e ligação entre os vocábulos:

Em primeiro lugar, a debilidade máxima da sílaba átona final e a mínima da sílaba átona inicial concorrem para a delimitação do vocábulo na cadeia fônica. Esses graus máximo e mínimo de atonicidade têm o que Trubetzkoy denomina uma “função delimitativa” (al. Delimitative Schallfunktion), ou juntura na terminologia bloomfieldiana. Pode-se mesmo adiantar que são eles a rigor os elementos determinantes da depreensão do vocábulo dentro de um grupo de força.

Entre as três propostas desse autor para os encontros vocálicos átonos, está o fenômeno da crase ou, como ele mesmo diz, “aquele que ocorre entre vogais idênticas”, cujo processo de fusão resulta numa vogal longa.

Na análise que fazem das composições religiosas das Cantigas de Santa Maria, no artigo *Elisão e Crase: processos de sândi presentes nas Cantigas de Santa Maria*, Cangemi e Massini-Cagliari (2007?) estudam os processos de sândi existentes nessas composições religiosas e definem a crase como uma forma desse processo.

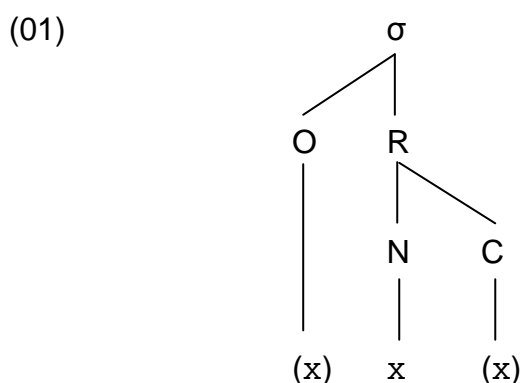
As autoras desenvolvem um estudo “para poder elucidar dúvidas acerca da consideração de uma sequência de vogais pertencentes a duas palavras em uma única sílaba” e especificam que o objetivo desse trabalho é refletir também sobre o processo da crase em textos do português arcaico.

Em “*Sândi vocálico externo em Português Arcaico: condicionamentos linguísticos e usos estilísticos*”, Massini-Cagliari (2006) faz um mapeamento de um *corpus* no português arcaico, chegando à conclusão de que se encontra diante de dois processos de sândi diferentes: a elisão e a crase. Esta ocorre, segundo ela, “quando a vogal átona da primeira palavra é /a/ e a inicial da palavra seguinte também é /a/”, definindo o fenômeno como “*crase* entre vogais de mesma

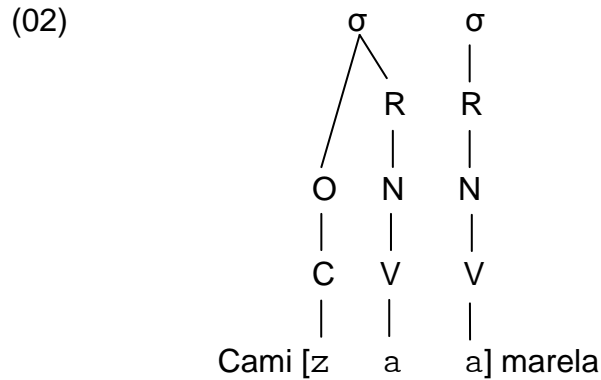
qualidade”, ou seja, no português arcaico, a crase acontece exclusivamente no contexto /a/ + /a/.

Na opinião de Bisol (1992, p. 91-92), esse processo de sândi vocálico externo, definido por Massini-Cagliari como *crase*, é um processo de *degeminação*. Ela explica exemplos como *ela mora aqui* > *ela moraqui*, afirmando que “ocorre, primeiramente, a perda da fronteira silábica, seguida da fusão entre as vogais, seguida de uma ressilabificação e da incorporação (reassociação do *onset* silábico)”.

Na proposta da autora, deve-se levar em consideração a estrutura interna da sílaba. De acordo com a fonologia métrica, a sílaba possui uma estrutura interna hierarquizada, dividindo-se em onset e rima, que, por sua vez, divide-se em núcleo e coda, como ilustra o diagrama (01) a seguir. O núcleo é uma posição de preenchimento obrigatório, enquanto o onset e a coda são opcionais. Em Português, o núcleo é sempre ocupado por uma vogal. Os □’s indicam as posições (ou unidades de tempo) que os segmentos podem ocupar na estrutura silábica. Como as posições do onset e da coda não são de preenchimento obrigatório, são representadas entre parênteses.



Esses processos formariam uma vogal “geminada” – daí a necessidade de uma *degeminação* (encurtamento) da vogal. Conforme (02), o encontro dos núcleos silábicos, bem como a proposta de formação de sílaba, é o contexto de formação desse processo.



Nesse diagrama de Bisol, como há exemplos concretos de sílabas, as posições foram ocupadas por consoantes e vogais. Observa-se que há duas sílabas: a última da palavra “camisa”, em que o ‘z’ ocupa a posição de onset e o ‘a’, a posição de núcleo (nesse caso, a posição de coda é deixada vazia, porque a sílaba é do tipo CV), e a primeira da palavra “amarela”, em que o ‘a’ ocupa a posição de núcleo (nesse caso, tanto a posição de onset quanto a de coda são deixadas vazias, porque a sílaba é do tipo V). Por isso, ocorre a crase, ou degeminação, na nomenclatura de Bisol, pois teremos as duas sílabas juntas fundindo-se em uma só. Os dois núcleos das duas sílabas (os dois ‘a’s), por estarem juntos, viram um só.

Esse processo compreende o choque entre núcleos silábicos idênticos, o que gera o apagamento da primeira sílaba e, com a ressilabificação, a junção das vogais na rima subsistente. (BISOL,1996).

(02) camisa amarela > cami[za]marela

Segundo Bisol (1996, p. 167), a degeminação “é controlada pelo Princípio do Contorno Obrigatório, que proíbe sequência de segmentos idênticos e resume em um só nó raízes de traços idênticos”.

A fonologia autosegmental entende que os traços de um segmento podem estender-se além ou aquém de um segmento. Nela, os segmentos deixam de ser entendidos como conjuntos desordenados de traços, que se hierarquizam em camadas (ou *tiers*) ligados por uma linha de associação. O princípio que a rege é que somente conjuntos de traços que tenham um nó de classe em comum podem funcionar juntos em regras fonológicas, que, por sua vez, são delimitadas por outros princípios, dentre os quais está o do Contorno Obrigatório, “pelo qual se evitam

segmentos idênticos adjacentes e até mesmo segmentos adjacentes com o mesmo ponto de articulação. As línguas seguem estratégias diferenciadas para contornar esses encontros.” (LEITTE, 2005, pp. 38-39).

No artigo intitulado “*O troqueu silábico no sistema fonológico*”, Bisol ratifica esse seu conceito sobre a degeminação, fusão de vogais idênticas, afirmando que “serem átonas ambas as vogais (7a) é o contexto ideal”, embora a degeminação se satisfaça com a atonicidade de V1 ou de V2 como em (7b):

(7) Degeminação

- a. uma capa azul > uma càpazúl
- b. um sofá azul > um sòfazúl

(BISOL, 2000, p. 410)

Os trabalhos da autora visam a identificar as condições para sua aplicação no que diz respeito aos segmentos envolvidos.

Na tese intitulada, “*Domínios prosódicos no português*”, Tenani (2002) compartilha com Bisol o conceito de degeminação e faz uma análise das ocorrências envolvendo sequências de vogais átonas, sendo 72 entre vogais iguais /**a+a**/, as quais afirma tratarem de processos de sândi vocálico. Ela conclui que as ocorrências de sândi entre vogais iguais átonas permitem observar que a degeminação se aplica entre as fronteiras de todos os domínios prosódicos<sup>6</sup>, mas não com a mesma frequência.

Em algumas fronteiras prosódicas em que ocorre pausa, mesmo que as vogais sejam iguais, esses processos de “juntura externa” acabam por dar margem para o hiato, conforme tabela a seguir:

---

<sup>6</sup> Tenani (2002) discorre sobre os constituintes prosódicos, propostos por Nespor & Vogel (1986), que são hierarquicamente organizados e classificados em sete domínios: sílaba, pé métrico, palavra fonológica, grupo clítico, frase fonológica, frase entoacional e enunciado fonológico. Segundo a autora, o sândi externo em PB ocorre entre todas as fronteiras prosódicas, inclusive em enunciados fonológicos ( $U_s$ ). Somente a pausa inibe o sândi, pois ela desfaz a adjacência entre os domínios e, conseqüentemente, o contexto de aplicação de regras de sândi externo.

Tabela 1 – Degeminação e estrutura prosódica

Sentenças	Estrutura Prosódica	DG	Pausa
[A laRANja amAREla] $\phi$ ...	Mesmo $\phi$	6	
[A laRANja] $\phi$ [alcanÇOU] ...	$\phi+\phi1$	6	
O trabalho do produtor [de laRANja] $\phi$ [alcanÇOU] ...	$\phi+\phi2$	6	
[O Sebastião José Gonçalves FERREira] $\phi$ [alcanÇOU] ...	$\phi+\phi3$	6	
[A laRANja,] / [apesAR da SEca,] / [alcanÇOU bom preço.]	I+I+I	6 – 6	
[Somente dando laRANja,] / [alcanÇARAM bons resultados na campanha.]	I+I	4	2
[Fábio vendeu laRANja.] U [AlcanÇOU bons resultados.]	U+U1	6	
[Fábio chupou laRANja.] U [Aline tomou sorvete.]	U+U2	5	1
[O Pedro comprou laranja.] U [Alegaram falta de provas.]	U+U3	4	2
[O Paulo vendeu laranja.] U [Apresentou altos índices de produtividade.]	U+U4	6	
[O Marcos fez vários investimentos na produção de laranja.] U [Apresentou bons resultados.]	U+U5	6	

Fonte: TENANI, 2002, p. 9

Obs.: **Domínios prosódicos:**  $\phi$ : frase fonológica;  
I: frase entoacional;  
U: enunciado fonológico.

**Fronteiras prosódicas:** mesmo  $\phi$ : mesma frase fonológica;  
 $\phi+\phi$  : fronteira entre frases fonológicas;  
I+I : fronteira entre frases entoacionais;  
U+U: fronteira entre enunciados fonológicos.

Contrária a esse posicionamento, Massini-Cagliari (2006, p. 84) insiste que ocorre, nesses casos, o fenômeno da crase e não da degeminação

[...] já que é, por sua natureza, um pouco diverso do processo descrito por Bisol, uma vez que não pressupõe a simplificação da sílaba, considerando que as duas moras, correspondentes a cada uma das vogais /a/ que se fundem, se mantêm. Isto porque se considera que, diferentemente do que acontece com as palavras terminadas em /e,o/ átonos finais, a vogal /a/ átona final não pode cair (do contrário, o processo da elisão poderia ser aplicado). Sendo assim, considera-se que há restrições quanto à redução dessa vogal, com consequências para os processos de sândi – o que faz do processo de crase, presente no PA, diferente do processo de degeminação, considerado por Bisol (1992, 2002) para o PB.

Chamamos a atenção para a questão da “mora”, de que Massini-Cagliari trata no seu posicionamento sobre a crase. Esse é o termo, segundo Crystal (2000),

usado nos estudos tradicionais da métrica com referência a uma unidade mínima de tempo métrico equivalente a uma sílaba breve.

### 1.2.3 O fenômeno de sândi vocálico (crase) na escrita

No caso da crase, embora Massini-Cagliari leve em consideração a questão da duração das vogais que se fundem, não há como distinguirmos, na pronúncia, esse produto acústico separadamente, razão por que usamos, na escrita, o acento grave.

Na ortografia do século XVII, o acento gráfico já tinha definida a sua função, que era distinguir os nomes que apresentassem ambiguidade, conforme explícito neste trecho:

Se as palavras forem diversas, & se escreverem cõ as mesmas letras, como se ve na primeyra & terceyra pessoa do preterito plusquam perfeyto, & na terceyra do futuro dos verbos amar, ouvir, &c. para mostrarmos essa diversidade, escreveremos as pessoas do preterito cõ acento agudo na penultima, como amára, ouvíra, & a pessoa do futuro cõ o mesmo acento e) a ultima, como amarâ, ouvirâ [...]Tambe) distinguiremos os nomes, que tiverem alguma ambiguidade por estes acentos. (BARRETO, 1671, p. 205, apud MOREIRA, 1997, p. 32).

Para isso, entretanto, já se considerava “a noção de duração como principal elemento acústico na caracterização acentual”. Ainda nesse artigo, a autora diz que, quase dois séculos depois, o uso do acento conserva essa mesma função distintiva e cita Feijó (1824, p. 19), o qual afirma que “só pelos acentos se pode conhecer a diversidade das palavras, principalmente naquelas que se escrevem com as mesmas letras e têm significação diversa”.

Feijó (1824), porém, desconsiderava essa característica na sua definição de acento, afirmando existirem três acentos principais representativos da pronúncia: o acento agudo, o grave e o circunflexo:

he aquelle tom, que na pronúnciação das palavras faz cada uma das vogaes junta com outras letras, a que chamamos syllaba. Porque em humas se levanta a voz, ferindo com mais força o ar; em outras se deprime, ou abate; e em outras nem se deprime, nem se levanta totalmente, mas fica em meio tom: e por isso os Tons, ou Accentos principaes da pronúnciação são tres, Accento Agudo, Accento Grave e Accento Circunflexo (p.17).



Em “*Como se estruturou a Língua Portuguesa?*”, Mattos e Silva (2001, p. 17) discute essa questão da duração e também do timbre do **a**, no capítulo “*O sistema vocálico em posição acentuada*”. Segundo a autora, “no dialeto padrão de Lisboa se distinguem 8 sons vocálicos em posição acentuada”, entre os quais figuravam o “**a grande**” e o “**a pequeno**”, a que corresponderiam, respectivamente, os timbres *aberto* e *fechado*.

Embora essa diferença fônica não ocorra no português brasileiro, é possível que tais distinções no português lisboense tenham contribuído para a normatização da crase na escrita da nossa língua, que, inicialmente, aconteceu no interior das palavras e, mais tarde, passou a ter essa ocorrência discutida entre fronteiras sintáticas. No seu texto, Mattos e Silva (2001, p. 58) observa que Fernão de Oliveira, na *Gramática da linguagem portuguesa*, de 1536,

[...] fornece, indiretamente, alguma informação quando opõe a realização ‘grande’ à ‘pequena’ em segmentos não-acentuados: o *a* artigo e o *a* pronome são “pequenos” [= fechados], mas o *do* artigo e o *a* inicial dos demonstrativos, quando precedidos e fundidos à preposição *a* são “grandes” [= abertos]. Havia, portanto, em posição não-acentuada, uma realização distinta para o *a*, decorrente da sua maior ou menor intensidade articulatória.

Ainda conforme a estudiosa, João de Barros, na *Gramática da língua portuguesa*, de 1540, “distingue duas realizações do **a**: é escrito <**á**> e não com <**â**>”, aplicadas à norma gráfica, ou à escrita, em que, em vocábulos como *sádio* e *vádio*, “são derivados de uma crase ou elisão vocálica na história da língua (*sadio* < lat. *sanatium*; *vadio* < lat. *vagatium*)”.

Essa grafia diferenciada entre o **a** artigo e os **aa** duplicados, correspondentes à junção do artigo mais a preposição, e também *aquele* de *aquele*, bem como para todos os demonstrativos precedidos de preposição e iniciados por **a**, já era encontrada na documentação do português arcaico, o que poderia indicar que “a crase ainda não teria ocorrido, ou que já teria ocorrido e a vogal duplicada indicaria uma vogal mais aberta que outra não craseada (*sic*).” (MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1956, p. 58).

Encontros vocálicos, resultantes de um processo de assimilação, como os encontrados em João de Barros, resultam da queda de várias consoantes: queda de

-g- em *maestre*, *meestre* (< *magister*), em *leer* (< *legere*) e suas diversas formas – *leerei*, *leeria*, etc.; queda de -d- em *seer* (< *sedere*), em *creer* (< *credere*), em *traedor*, *treedor* (< *traditore*).

A queda do -l- intervocálico, da qual se tratou ao se falar do surgimento dos artigos, explica um forte contingente desses encontros; por exemplo: *maa* (< *mala-*), *soo* (< *solu-*), *coor* (< *colore-*), *coorar* (< *colorare*), *coobra* (< *\*colöbra*), *diaboo* (< *diabolu-*) etc.

Esses encontros só fizeram aumentar a amplitude de um fenômeno já considerável no galego-português: a presença de palavras que comportavam vogais em hiato. Por vezes, essas duas vogais eram diferentes, embora não fosse rara a colisão de duas vogais idênticas, como mostrado nos exemplos do parágrafo anterior.

O fato contribuiu para a existência da crase em fronteiras sintáticas, principalmente nos textos poéticos, em cuja escansão dos versos as duas vogais desses grupos vocálicos formavam uma única sílaba.

Vê-se, pois, que, desde essa época, iniciam-se as evoluções que, posteriormente, terão como efeito a eliminação dos hiatos entre vogais iguais em fronteiras sintáticas e a fusão desses encontros vocálicos, a que chamamos crase.

Se observarmos as estatísticas que Mattos e Silva (2001, p. 65) apresenta sobre a crase, encontrada no estudo que faz acerca do fenômeno nos *Cancioneiros*, veremos que essa fusão já se operava desde o século XIII e se iniciou pelas sílabas não-acentuadas. A grafia, eventualmente, apresenta indicação quando alternam vocábulos ora com vogais simples ora com vogais duplas:

(...) nas *Cantigas de Santa Maria*, *triigo* se apresenta com três ou duas sílabas; na grafia da documentação em prosa se pode observar, por exemplo, que nos *Diálogos de São Gregório* (texto em prosa do séc. XIV) há 905 casos do tipo descrito e exemplificado acima, nelas 0,3% de representação escrita com uma só vogal (quando a distribuição é em sílaba acentuada) e 72% com uma só vogal, quando em sílaba não-acentuada. Esse dado é interessante porque pode servir de testemunho para afirmar que a crase se iniciou pelas sílabas não-acentuadas.

No capítulo 14 da Gramática da Língua Portuguesa, em que trata da *Prosódia*, Mateus (1983, p. 511) chama a atenção para a incidência do acento e da

entoação na língua falada, dizendo que esta “dá-se a nível das sequências fônicas, dentro das quais esses vários factores são apreendidos pelo seu valor relativo”.

Segundo a autora, “o acento resulta da conjugação das propriedades de intensidade, duração e altura do som vocálico, e marca uma sílaba mais “forte” na sequência fonética”, o que, a nosso ver, contribui para o registro da crase no que concerne às fronteiras sintáticas.

Analisando esse acento ao nível da frase, ver-se-á que a sequência dentro da qual incide o acento é mais vasta do que a palavra, integrando vocábulos não-acentuados como os artigos, as preposições e as conjunções.

Sobre essa questão da integração dos vocábulos, Bechara (2001, p. 80) denomina “ligação dos vocábulos”, e afirma que a boa articulação dos fonemas, “mormente finais e iniciais, na sequência dos vocábulos, desde que uma pausa não os separe”, merece cuidado especial. No que concerne ao encontro de vogais finais de vocábulos com vogais iniciais de vocábulos, o estudioso enumera os seguintes casos de crase, os quais são identificados, nos exemplos, pelo *mácron* sobre o **a** (= **ā**):

1. se a vogal final é átona e o vocábulo seguinte começa por vogal tônica, normalmente se respeita o hiato, mas pode aí ocorrer a crase dessas duas vogais, caso elas sejam idênticas, pois essa fusão produz certo alongamento da vogal: *terra árida*: *ter / ra / á / ri / da* ou *ter / rā / ri / da*;
2. se a vogal final e a inicial do vocábulo seguinte são átonas, sempre ocorre a crase: *casa amarela*: *ca / sā / ma / re / la*;
3. se a vogal átona final for *i* (*e*) e a inicial *i* (*e*) ou *ĩ* (*ẽ*): *livre imprensa*: *li / vrĩn / pren / sa*;
4. se a vogal final for *u* (*o*) e a inicial *u*: *velho humano*: *ve / lhū / ma / no*.

Com base nesses estudos, pode-se dizer que a crase, na língua portuguesa, vai além daqueles casos registrados pela gramática normativa em contextos específicos e restritos, pois, enquanto o “padrão” da língua remete ao sistema de língua estabelecido, os usos fogem a este.

Este trabalho, bem como todos os outros existentes sobre a crase (em sua maioria, vista como processo de *sândi vocálico*), tem como objetivo elucidar dúvidas sobre esse fenômeno, não permitindo que os usuários da língua conheçam-no apenas como aquele estabelecido pelas nossas gramáticas normativas.

Como argumentamos, no início deste trabalho, fazem-se necessários estudos que identifiquem os fatores determinantes ou que tenham contribuído para a ocorrência da crase, aprofundando o conhecimento desta na realidade linguística brasileira, pois a concepção da língua como sistema funcional considera igualmente o estudo dos estados de língua passados, quer se trate de reconstruí-los ou de neles constatar a evolução. Por isso, no capítulo seguinte, trataremos da crase sob uma perspectiva diacrônica.

## 2 A CRASE NUMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA – A HISTÓRIA

Estudos diacrônicos da crase mostram o seu registro desde a fase arcaica do idioma, que coincide com o período fonético da língua, em que surgiram os primeiros documentos escritos, com o objetivo de “facilitar a leitura, dando ao leitor uma impressão, tanto quanto possível exata, da língua falada.” (COUTINHO, 1976, p. 72).

Aliás, desde a época do galego-português iniciam-se as evoluções que, posteriormente, terão como efeito eliminar em português a maioria dos encontros vocálicos:

Documentam-se nos *Cancioneiros* casos em que as duas vogais em contato devem ser contadas numa só sílaba. Por vezes a própria grafia sugere a crase; ex.: *seredes* por *seeredes* (futuro de *seer*). Inversamente, encontram-se grafias como *ataa* por *atá* (“até”), que só podem representar a vogal tônica singela, ou seja uma pronúncia dissilábica da palavra: *a-tá*. (TEYSSIER, 2007, p. 35)

Análises de Massini-Cagliari (2007) sobre as Cantigas de Santa Maria, datadas do século XIII – época medieval, portanto –, também identificam a existência do fenômeno no português arcaico.

Esse período é caracteristicamente marcado pela documentação escrita remanescente que fundamenta a oposição entre o português arcaico e o moderno. Nele, a grafia, inúmeras vezes, não acompanhou a pronúncia das palavras, dissensão que provocou uma negligência na transcrição destas, de modo que, num mesmo texto, podiam-se verificar diferentes grafias de um mesmo vocábulo, revelando, assim, a ausência de uma uniformidade das palavras na escrita. Escrevia-se para a audição, não para a visão.

Entretanto, a evolução da escrita, embora tardia em relação à evolução da língua oral, registra crases de outras vogais iguais, que não o *a* somente. Vejamos: *ser* < *seer* < *sedere*; *cor* < *coor* < *colore*; *má* < *maa* < *mala* etc. Segundo Coutinho (1976, p. 72), “[...] a princípio, as vogais dobradas, resultantes da queda da consoante medial, eram escritas porque se proferiam distintamente. Mais tarde, elas se fundiriam por crase, na pronúncia, embora a sua grafia continuasse muito tempo a mesma.”

Ampliando o conceito de “crase”, traduzida como “*mistura, fusão*”, observamo-la até mesmo nas consoantes geminadas latinas, que, desde o latim vulgar, se

reduziram a consoantes simples no português: *sábado* < *sabbatu*; *boca* < *bucca*; *cavalo* < *caballu* etc.

O estudo diacrônico dos fatos linguísticos deve-se ao seu caráter científico, uma vez que, sendo a língua produto da cultura humana, não se pode negar a sua dimensão histórica. Assim, estudar historicamente os fenômenos da língua é refletir mais profundamente sobre estes, de modo a se poder conhecer o que acontece na atualidade. Desse modo, a linguística histórica (ou linguística diacrônica ou a sintaxe comparativa) ocupa um lugar destacado no estudo da evolução diacrônica das línguas e da sua relação ou parentesco genético.

A preocupação fonética é um fato observado desde os primeiros tempos da escrita da língua portuguesa. O período fonético, que corresponde à fase arcaica da língua, começa com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até o século XVI. Este foi o período mais estudado filológica e linguisticamente, portanto o mais sistematicamente conhecido de todo o passado de pelo menos sete séculos de existência documentada pela modalidade escrita da língua portuguesa.

Nesse período, porém, segundo Coutinho (1976, p. 71), “a língua era escrita para o ouvido”. O objetivo dos escritores era transmitir ao leitor, do modo mais exato possível, uma impressão da língua falada, o que nem sempre era possível, haja vista a escrita não acompanhar a evolução da oralidade.

Dentre os fatos linguísticos dessa época, um fato fonético-fonológico estudado pela tradição gramatical é a crase, fenômeno que se patenteia, na evolução da Língua Portuguesa, desde a sua fase arcaica, em que os usuários, devido à tendência que tinham para evitar o hiato, ainda que de modo inconsciente, desfaziam-no pela fusão de vogais originariamente iguais: *ter*, *ler*, *ser*, antes *teer*, *leer*, *seer*. (COUTINHO, 1976, p. 110).

HIATOS ROMÂNICOS. Em português, desfizeram-se:

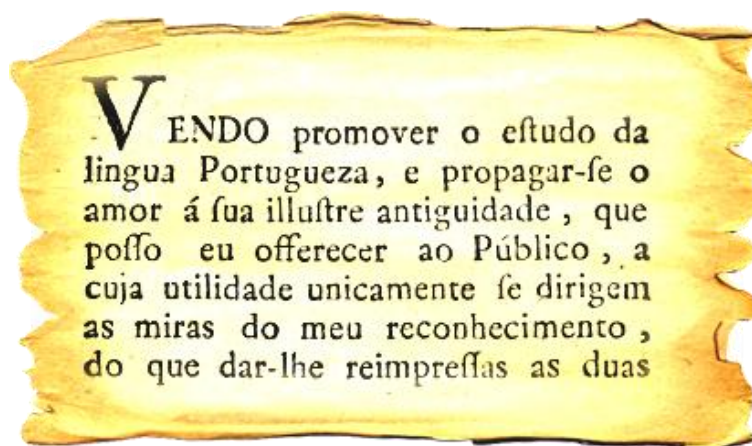
1º) pela crase das vogais: *colore* > *coor* > *côr*: *crudu* > *cruu* > *cru*; *dolore* > *door* > *dor*: *sedere* > *seer* > *ser*; etc. Neste caso, quando se trata de vogais diferentes, elas antes nivelam-se: *palomba* > *paomba* > *poomba* > *pomba*; *sagitta* > *saeta* > *seeta* > *seta*. (CARDOSO E CUNHA, 1978, p. 70).

As modificações sofridas pelas vogais em hiato não foram esporádicas; ao contrário, ocorreram com grande regularidade. Os hiatos originais do latim por vezes persistiram até que a palavra chegasse ao português arcaico, porém foram

geralmente eliminados em latim vulgar por fenômenos fonológicos gerais, dentre os quais a contração. Se duas vogais em hiato eram iguais e da mesma qualidade, contraíam-se: *uĩdēre* > *veḏer* > *veḗr* > *ver*; *palatĩum* > *paaço* > *paço*; *oracũlum* > *oragoo* > *orago*.

Curioso é que, embora a crase registre-se na língua desde o século XVI, não havia, na escrita, o acento grave indicador do fenômeno, que era identificado pelo acento agudo: *áquelle* > *a aquelle*, *á mão* > *a a mão*. Essa forma de marcar a crase no português brasileiro escrito é encontrada na “nova edição correcta, e emendada” pela Typografia Rollandiana em 1784, no prólogo do editor, p. 9, que traz o Tratado Ortográfico de 1576, de Duarte Nunes de Leão, intitulado *Origem, e Orthographia da Lingua Portugueza*:

Recorte 2 – Página 9



Fonte: *Origem, e Orthographia da Lingua Portugueza*, 1784.

Também em “1798, nas normas de duas escolas, publicadas pelo bispo de Pernambuco, José J. da Cunha de Azeredo Coutinho”, em que este, nos estatutos daquelas, aponta para a necessidade de corrigir hábitos linguísticos errôneos durante a aula:

Quanto á Arte de Lér.

§. 2. Deve o Professor ensinar aos seus Dicipulos a conhecer as letras, ou caratères de que se ádellservir, fazendo diferenca das vogaes, e das consoantes, e do sôm de cada uma delas separadas, ou juntas umas com as outras, naõ lhes consentindo que pronunciem umas em lugar de outras: [...] (NOLL, 2008, p. 170, grifo nosso)

E em vários trechos da *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, de Antonio José dos Reis Lobato, de 1824, conforme se pode observar nestes recortes:

Recorte 3 – Página v

Pelo que Mando á Real Meza Censoria, Meza do Desembargo do Paço, Director Geral dos Estudos, Senado da Camara, e a todos os Desembargadores, Corregedores, Provedores, Juizes, e mais pessoas destes Meus Rei-

Fonte: *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, 1824.

Recorte 4 – Introdução - Página vii

*OFFereço a V. EXCELLENCIA a Arte da Grammatica da lingua Portugueza, procurando-lhe pelo meio deste obsequioso arbitrio a fortuna de chegar á douda mão, que lhe póde emendar os erros; pois todos conbecem, que V. EX-*

Fonte: *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, 1824.

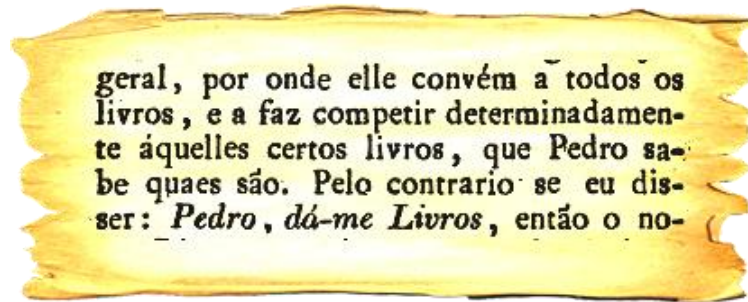
Recorte 5 – Introdução - Página x

Confirma a sobredita necessidade de Grammatica materna o costume dos antigos Romanos; porque tinham escolas públicas, onde se ensinava á mocidade a Grammatica da lingua Latina, que fallavão vulgarmente. E de a apren-

Fonte: *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, 1824.



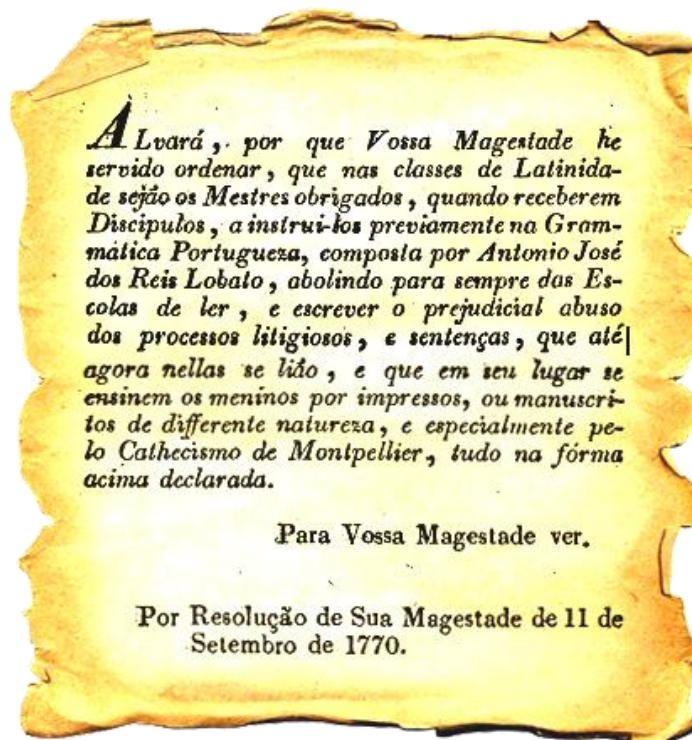
## Recorte 6 – Parte I – da Etymologia – Livro I – Página 9



Fonte: *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, 1824.

O ensino do português impôs-se tendo como base a gramática de Lobato e também os textos catequistas que serviam de exemplos de escrita cotidiana, conforme exposto nas páginas v e vi da referida gramática:

## Recorte 7 – Páginas v e vii



Fonte: *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, 1824.

Pode-se observar que esses textos eram lisboenses e, portanto, a escrita deles não tinha relação com a escrita do português brasileiro. Entretanto, o português brasileiro norteou-se pelo português de Portugal, até se tornar nossa língua oficial, conforme atesta Teyssier (2007, pp. 94-95):

Durante muito tempo o português e o tupi viveram lado a lado como língua de comunicação. Era o tupi que utilizavam os bandeirantes nas suas expedições. Em 1964, dizia o Pe. Antônio Vieira que “as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola”. Na segunda metade do século XVIII, porém, a língua geral entra em decadência. Várias razões contribuem para isso, entre as quais a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e o Diretório criado pelo marquês de Pombal em 3 de maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiro ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. Por elas proibiu-se o uso da língua geral e obrigava-se oficialmente o da língua portuguesa.

Entre as inúmeras evoluções linguísticas que aconteceram na nossa língua, com a instalação do português no Brasil, está a “eliminação de numerosos encontros vocálicos”. (TEYSSIER, 2007, p. 99). Ainda conforme esse autor, no que concerne aos aspectos inovadores da fonética brasileira,

em sílaba pretônica, o Brasil ignora, para as vogais escritas *a*, *e* e *o*, a oposição do timbre aberto e fechado. [...] Essa simplificação do sistema fonológico tem consequências importantes: o artigo feminino *a* não mais se distingue do mesmo artigo precedido da preposição *a* (*a mesa* é foneticamente idêntico a *à mesa*). (TEYSSIER, 2007, p. 102)

Devido, então, a essa possibilidade de igualdade fonética, que poderia, inclusive, desencadear uma igualdade semântica, os acentos gráficos passaram a desempenhar uma importante função na ortografia do português, sendo a sua normatização ditada pelas tendências internas da língua. E foram se aperfeiçoando, sem influência da língua latina, visto que não eram do conhecimento desta.

Para termos uma ideia dessa importância dos acentos gráficos na língua portuguesa, basta percebermos que, em caso de inevitabilidade do hiato, geralmente por razões semânticas, é a acentuação gráfica que fará toda a diferença. Ela nos indicará que, somente lendo como hiato, promoveremos as diferenças fonológicas e semânticas entre as palavras, como, por exemplo, em *ai* e *aí*, *pais* e *país*, *cais* e *caís*.

Quanto a essa importância dos acentos gráficos aqui salientada, buscamos apoio em Gonçalves (2003, p. 80), quando afirma que

Das várias abordagens do acento, em especial da sua localização dentro da palavra, como unidade acentual, retira-se que lhe são sobretudo conferidas as funções distintiva e contrastiva, **visto o acento permitir a distinção, fónica e gráfica, de formas idênticas**, além de destacar as sílabas acentuadas das inacentuadas; assim explica que os gramáticos incluam as questões relativas ao timbre vocálico e à estrutura silábica no tratamento do acento. (grifo nosso)

No português brasileiro, além dos acentos circunflexo e agudo, temos o acento grave, cujo papel na ortografia é secundário, meramente diacrítico, apontando apenas a fusão de dois **aa**, que constitui o fenômeno que todos os usuários da língua conhecem como crase.

## 2.1 A consolidação da crase no português escrito

A gramática tradicional, ao fundamentar sua análise na língua escrita, difundiu falsos conceitos sobre a natureza da linguagem, ou seja, “assumiu desde a sua origem um ponto de vista prescritivo, normativo em relação à língua”. (FIORIN, 2004, p. 17). Ao não reconhecer a diferença entre as modalidades escrita e falada, passou a considerar a expressão escrita como modelo de correção para toda e qualquer forma de expressão linguística.

Tinha-se, com isso, a pretensão de governar ou corrigir a linguagem, sob o propósito de melhorá-la. Entretanto, “em toda a parte a linguagem *falada* precede a *escrita*. Em toda a parte, esta é cópia do natural. Mas cópia estilizada, com tendências de seleção. Aquela é simples e comodista, fácil e sem cerimônia: natural, vivaz, inventiva, realística.” (MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1956, p. 233). Todavia, onde quer que examinemos, a diferença entre escrita e fala, em regra, é grande.

Ainda que os manuais descrevam exaustivamente inúmeras regras para explicar a ocorrência da crase, os usuários da língua apresentam uma dificuldade enorme para entendê-la e, por isso, evitam utilizá-la no texto escrito, a fim de não contrariarem as normas gramaticais. Além disso, o fato de o falante não ter consciência da ocorrência fenômeno na fala dificulta mais ainda a apreensão dessas normas.

No domínio das fronteiras sintáticas, nossas gramáticas pedagógicas dão atenção especial ao fenômeno da crase quando esta é indicada graficamente pelo sinal grave [˘], que

[...] é usado sobre o **a** quando este indica, na escrita, a contração da preposição **a** com o artigo **a/as** ou com a primeira vogal da série demonstrativa *aquele/aquela/aqueles/aquelas/aquilo*: Foi à praia, A loja abrirá às 9h., Não retornarei àquele lugar. (AZEREDO, 2008, p. 531)

A crase, porém, é um fenômeno cuja ocorrência, na língua falada, é vasta e que, por isso, apresenta particularidades que merecem nossa atenção. Ela está diretamente ligada às questões da acentuação ou da tonicidade da vogal, bem como à pronúncia vocálica desde o latim, em que a intensidade da sílaba recaía sempre na penúltima, o que demonstrava que aquela era uma língua paroxítona. Na realidade, o acento latino incidia sobre a penúltima vogal, geralmente longa: *cāmpus* (campo), *argēntum* (prata), *argīlla* (argila). Quando a penúltima vogal era breve, o acento deslocava-se para a sílaba anterior, resultando nas proparoxítonas, em português, como: *candīdus* (branco), *agricōla* (agricultor). Não havia, no latim, palavras oxítonas.

Os monossílabos átonos (preposições e conjunções) apoiavam-se na primeira sílaba tônica da palavra seguinte: *ac per nemora* (e pelos bosques), *quae in altis ramis* (a qual nos altos ramos). A preposição **a**, no latim, era usada com os casos ablativo e acusativo, travada por um **d** (**ad**) que, com o tempo, foi elidido, fato que gerou múltiplos usos híbridos nas línguas românicas.

Entre esses usos híbridos, na língua portuguesa, registramos a crase, que, embora na língua falada aconteça também nas fronteiras sintáticas, quando as palavras que se encontram terminam e começam com o **a** átono, na língua escrita registra-se apenas entre o **a** preposição e o **a** artigo ou o **a** inicial dos pronomes demonstrativos *aquele, aquela, aquilo*. Na escrita do português, indicamos esse caso de crase com o acento grave sobre o **a** (**â**).

## 2.2 Estudo histórico-linguístico interno sobre a crase via texto escrito

Embora não descrevamos aqui o contexto histórico de cultura escrita em cada fase da história da língua em que se apresentam os textos mais adiantes, é

necessário levarmos em consideração três aspectos interferentes na escrita deles: o próprio domínio da escrita, o discurso de quem redigia e os padrões seguidos de cultura escrita, principalmente os gramaticais.

As soluções gráficas que se convencionavam passavam a ser usadas pelos capacitados em escrita, o que provocava variações na grafiação dos sons ouvidos e produzidos. Tal situação exigiu uma normatização da língua escrita. Sobre isso, Barbosa (2005, apud CASTILHO, 2007, p. 484) expõe que:

A partir do século XVI, apesar de continuar a existir o forte caráter pendular ora mais fonético, ora mais latinizado dos textos escritos – que promovia uma pluriortografia portuguesa – passou-se a uma maior pressão normatizadora. Se comparados aos medievais, os escritos passam a não transparecer tanto em suas variações gráficas índices da realidade sonora. A inabilidade de reproduzir as soluções mais fonológicas de várias convenções gráficas torna os inábeis em escrita alfabética um grupo mais que desejado pela pesquisa histórica, pois, a despeito do tipo de texto que escrevem, foram os que maior chance ofereceram de uma escrita com índices grafo-fonéticos. Mais que isso, por sua prática rara da escrita, aumentam as chances de serem pouco frequentes na leitura dos textos-modelo, sempre gêneros textuais mais afastados do vernáculo de cada sociedade em cada período histórico.

Como a sociedade portuguesa era, em sua maioria, analfabeta, não era comum produzir textos escritos, e aqueles que existiam apresentavam um distanciamento com as estruturas e os usos da língua, isto é, distanciavam-se completamente do uso que os falantes faziam desta. Quando escreviam, os redatores tendiam a ser mais vigilantes quanto às normas para a escrita. Entretanto, quanto maior o grau de proximidade entre emissor e receptor, mais normal era o relaxamento dessa vigilância por parte de quem redigia.

Barbosa (2005, apud CASTILHO, 2007, p. 485) nomeia essa prática de atitude discursiva e, ao tecer esclarecimentos sobre isso, fornece o seguinte exemplo, que vale a pena ser lido:

Veja-se, por exemplo, a situação de escritura de uma carta para ser publicada em um jornal – portanto, mesmo se endereçada a um leitor único, feita para ser lida por muitos – promove a atitude discursiva de maior vigilância na seleção lexical, na elaboração da linguagem lançando mão de recursos retóricos (metataxes, metalogismos, etc.) **e na observância dos padrões de escritura considerada erudita à cada época**, do que uma carta escrita pela mesma pessoa, contudo, para ser lida exclusivamente pelo destinatário. Por mais assimétrica

que seja a relação entre esses personagens opostos pelas categorias remetente e destinatário, o fato de escrever para ser lido publicamente pode tornar uma carta de leitor de um jornal do século XIX mais cerimoniosa ou repleta de torneios retóricos do que uma missiva de circulação privada entre chefe e subalterno. Como essa, haveria outras situações de escritura que podem estabelecer diferente atitude discursiva, ou seja, diferente opção de registro por parte de um mesmo indivíduo. (grifo nosso).

Independentemente do nome que se dê a essa prática da escrita, o objetivo aqui é identificarmos como e a partir de quando o fenômeno da crase se estabeleceu na norma culta da nossa língua, passando a se registrar na escrita com o acento grave sobre o **a**.

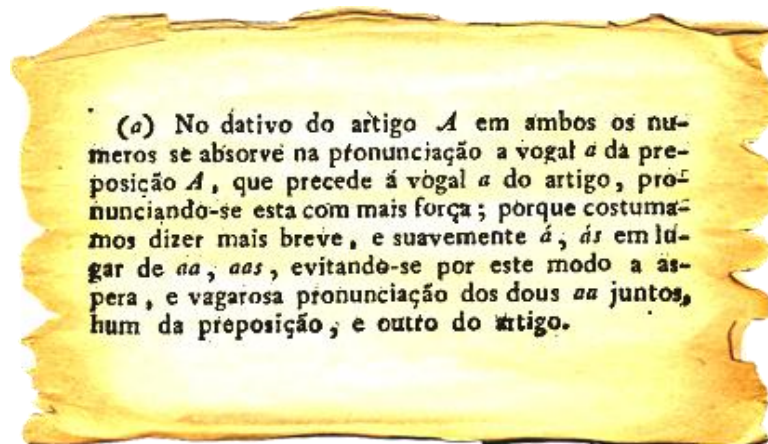
No Brasil-colônia, a norma culta da língua era a exposta nas gramáticas, ortografias e cartilhas de Portugal, e também nos textos públicos e privados de redatores hábeis, que, eruditos e com formação escolar, serviam de modelo para a sociedade da época. Assim, apresentaremos algumas cartas oficiais e pessoais do século XVIII, de um *corpus* diacrônico do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), da UFRJ, as quais representam o cotidiano da escrita circulante no referido período.

Nelas, buscaremos identificar os padrões de uso de ocorrências da crase, que, dependendo do tipo textual estudado, podem não corresponder ao padrão culto da língua, prescrito nas gramáticas normativas, como costuma também acontecer na atualidade. O português empregado nas cerimônias oficiais e nos documentos escritos nessa época adquiriu, então, um caráter oficial, sendo aprendido apenas por aqueles que frequentavam os colégios jesuítas.

O propósito, entretanto, da apresentação desse *corpus* é destacar que, embora a crase fosse um fenômeno existente na língua, o registro dele na escrita do português brasileiro com o acento agudo e, posteriormente, com o acento grave, parece-nos ter sido mera imposição gramatical.

Como podemos inferir destas palavras de Lobato (1824, p. 16), o acento agudo escrito sobre o **a** (**á**) representava uma pronúncia breve de **aa**, “evitando-se por este modo a aspera, e vagarosa pronúncia dos dous **aa** juntos, hum da preposição, e outro do artigo”:

## Recorte 8 – Página 16



Fonte: *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, 1824.

Ratificam o nosso posicionamento as palavras de Machado Filho (1965, p. 208):

Entendamo-nos, primeiro, sobre a conceituação de crase. Designa a fusão de dois fonemas vocálicos idênticos e fracos em um só forte. Assim, na primeira sílaba da palavra padeiro, do latim *panatariu*, em consequência da queda do “n” intervocálico, as duas vogais seguidas – “aa” – fundiram-se numa só. [Caso de sândi vocálico defendido por Massini-Cagliari (2007) e exposto na Revisão da Literatura desta pesquisa.] Também se fundem os dois “aa” – um preposição e outro artigo –, donde “à”. A diferença é que a crase resultante do encontro de “a” preposição com “a” artigo, com “a” demonstrativo, com *aquê* ou *aquilo*, é indicado mediante o acento grave. No caso deixou-se de usar o acento agudo, que indica a máxima abertura do “a” em oposição ao “a” fechado: sofá, cada. Preferiu-se o grave, por se tratar de som intermediário. [Nem aberto nem fechado, como veremos mais adiante quando tratarmos da incidência do acento no latim.] Como essas diferenças de pronúncia, exemplificadas no português da Europa são praticamente inexistentes entre nós, erra-se muito no Brasil, neste particular.

Como, porém, somente os que iam à escola tinham acesso às prescrições gramaticais, era natural que a ocorrência de dados fenômenos linguísticos, como a crase, por exemplo, em fontes de escrita cotidiana, não coincidissem com as normas da escrita erudita. Nesse sentido, afirma Barbosa (2005, apud CASTILHO, 2007, p. 491) que

tanto os textos oficiais, quanto privados podem ser afetados por um certo grau de distorção, mas, nos privados, aumentam as chances de

encontrarem-se dados de maior transparência da norma geral falada de cada época que tenha tido força para penetrar no reino da escrita.

### 2.2.1 Textos extraídos do *corpus* diacrônico do Rio de Janeiro

As cartas 3 e 9 a seguir são documentos da Administração Pública, registrados no corpus diacrônico do Rio de Janeiro, que nos servirão de base empírica para observarmos o que seria a língua escrita em uso. São, segundo nomenclatura registrada no corpus, cartas oficiais. Nelas, vamos conhecer como se processava a transferência da modalidade falada para a modalidade escrita, especificamente no que se refere à crase. Observaremos que o registro desta dá-se com o acento agudo sobre o **a**.

#### PHPB - RJ / SÉC. XVIII – Documentos da Administração Pública - Cartas Oficiais

- Carta 3

PHPB - século XVIII - Administração Pública/Carta oficial  
 Edição: RUMEU, Márcia.  
 Local: ARAÇARIGUAMA – SÃO PAULO  
 Data: 2 de fevereiro de 1768  
 Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro  
 Autor/redator: Brasileiro  
 Referência: I-30,10,21 – **Coleção Morgado de Mateus**

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Remeto a Vossa Excelência e Se prezo tão dezaforado que Se atre-  
 veo a Cometer **áSentinella** (grifo meu) que Sefazia a *mulher* [1] que Vossa Excelência  
 Remetia,

epor felicidade foi preçentido, e já se apanhou metido ao Ma-  
 5 to junto com *adita mulher*; ediz odito Negro, que veyo Cometer otal  
 insulto pormandado de hum Cunhado por nome *Lourenco*, emais  
 não quer dizer por malicia  
 [ espaço ] Hé oque Semeofrece dizer a Vossa Excelência ficando sem  
 pre *pronto* Como sudito para executar as Suas Ordens que  
 10 *Deus Guarde muitos annos. Arassariguama 2 de Fevereiro de 1768*

De Vossa Excelência  
 Sudito Umilde

Bernardo Bicudo Chassim

[1] Outra possibilidade de desenvolvimento: “mercadoria”.



- Carta 9

PHPB - século XVIII - Administração Pública/Carta oficial  
 Edição: RUMEU, Márcia.  
 Local: RIO DE JANEIRO  
 Data: 15 de fevereiro de 1774  
 Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro  
 Autor/redator: Português  
 Referência: I-9,32,1 – **Coleção Francisco João Roscô**

[...]

[ espaço] Agrande Confiança *que* faco do prestimo de Vossamerce, o muito que me esperanceyo *que* osSeos trabalhoz sejam demuita utilidade aoEstado, ogran= de perigo, emque Considero prezentemente oContinente do Rio Grande, fa = zendose aly prezentemente Summamente precizo hum Engenheiro habil,  
 20 quetenha zello peloServiço, epela Patria, mefazem indispensavel haja de ordenar a Vossamerce passe emediatemente **áquelleContinente** para nelle fazer diri= gir as obraz, eo maiz, quefor necessario para a defeza domesmo Continente, isto hé naquellas partes, emque lheemCarregar oGovernador José Mar = celino, fazendo Vossamerce ao mesmo tempo todaz as observaçoenz, que lheforem

[1] Note-se "devendo-se o estaz" por "devendo-se estaz"

Já nos trechos desta outra carta, a carta 4, de cunho pessoal, também extraída do corpus do mesmo Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), da UFRJ, observaremos uma rica amostra do registro da crase, que se registra não somente antes de verbo no infinitivo, como antes de palavra masculina, aparecendo ora grafada com o acento grave sobre o **a**, ora com o acento agudo.

Bem se vê que, à época, já se registravam as dificuldades quanto à ocorrência da crase nos textos escritos. O verbo no infinitivo, quando em locução verbal (*à beijar*, por exemplo, significando *beijando*), não é precedido de artigo, mas de preposição apenas. Nesta carta, observamos uma frequência grande do **a** com o acento grave (**à**) antes de verbos no infinitivo. Seria esta uma forma de se registrar a atonicidade da preposição, que, como veremos mais adiante, era considerada uma “sílabas breve”?

- Carta 4

PHPB - século XVIII - Particulares/Carta  
 Edição: RUMEU, Márcia.  
 Local: Rio de Janeiro  
 Data: 18 de abril de 1776  
 Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro  
 Autor/Redator: -  
 Referência: I-28,25,16 – **Coleção Martins**

Mano do Coração agora chegode Palacio, ondesoubeque partia amanhã Embarcação para Lisboa, em cuja sala concorreo toda a officialidade que se acha nesta praça,  
 5 Ministros e Nobreza **à bejar** a mão ao *Señhor* Vice-Rey pela dezejada noticia que acaba de receber do Rio Grande, o qual está já todo por nosso desde o dia 31 de Março do anno presente; cuja acção devemos toda **à grande** e sempre indizível prudencia militar do Tenente General Böhm, Commandante em Chefe  
 10 do nosso Exercito \_\_\_\_  
 [...]

[2ª pág.]

[ espaço] Successivamente as Embarcações Castelhanas, que esta -vão no Rio, vendo dezemparradas as suas Fortalezas, fizeram-se **à vela**, perdendo tres pela incapacidade da barra, e as outras, assim por falta de vento, como pelo fogo que experimen-  
 40 -tarão debaixo da nossa Artelharia, logo se renderão. \_\_\_\_  
 [ espaço] A perda que sentimos foi de 3. Soldados, e 1. Marinheiro. O Tenente General, que hé cheio de prudencia e sagacidade,  
 [...]

sem entrar. No dia 15, passou ao lugar em que estava abarracado o General em Chefe, **à conferir** com sua *Excelência* a  
 60 acção do Combate.  
 [ espaço] Concertado por huma parte e outra o Plano que cada hum devia seguir, tornou o Mac-Doual para o mar, e dispoz  
 [ espaço] [ espaço] o Combate

[3ª pág.  
 [...]

70 [ espaço] Dispostatoda esta acção, entrarão pelo Rio com muitissimo trabalho pelas duas horas da tarde, havendo-se trabalhado desde as sette da manhã, com perda de huma Embarcação que deu **à costa** da nossa parte. Quis o chefe fazer nesta mesma tarde o combate, \_\_\_\_ propuz-lhe o Azemberg que a gente estava toda fatigada, e em  
 75 jejum, e que assim transferisse o Combate para o dia successivo. \_\_\_\_  
 [ espaço] Assentou o Mac-Doual que podião ainda combater mediante huma pouca de Agoardente, que determinou sedesse **à Gentetoda** para seguir-se a peleija. O Resultado foi ficar a mayor parte da gente com pouco ou nenhum accordo. \_\_\_\_  
 80 [ espaço] Executada esta primeira Ordem, e pondo-se todo em ordem para [1] entrar-se na acção, começaram logo os Castelhanos **à atirarem**, por verem as nossas Embarcações aproximarem-se **às suas**. A fragata Graça fez hum fogo continuo, e incessante **à Capitania** Espanhol, desorteque matando o seu chefe, dahi a poucos instantes rendeo-se arreando a Bandeira Castel-  
 85 lhana Azemberg que observou este movimento, manda promptamente arvorar a Bandeira Portuguesa, o que elles para logo executarão . \_\_\_\_  
 Immediatamente mandou formar no Convez da sua Embarcação a Companhia de Granadeiros para deitar dentro hum golpe de gente **à**  
**senhorear-se**. [ - < Esta companhia, assim  
 90 como toda a mais soldadesca

que guarnecia as Embarcações, era do Regimento de Santa Catharina. \_\_\_\_ > ]

[...] Dous officiaes que concorrião

100 igualmente na successão da Commandancia em lugar de peleijar\_\_ entrarão **à disputar**. Entretanto os Castelhanos aproveitando-se da aberta, entrarão **à fazer-nos** muito fogo com balas ardentes. Mac-Doual que vé todo este transtorno bota-se **à Fragata** no seu Escaler, e sabendo da morte em vez de tomar conta da Embarcação, ou nomear  
105 algum Official para Comanda-la, manda Cortar a Amarra, e meter [ espaço] [ espaço] toda

[1] Note-se "par" por "para".

[4ª pág.]

toda a Esquadra para o interior do Rio; deixando a Acção por decidir, podendo te-la decidido. \_\_\_\_

[ espaço] Elle tinha entradono Rio em hum Calambeck, quefez construir  
110 emSanta Catharina, o qual logo os Castelhanos meterão **á pique**. Então foi que passou para o seu Escaler, andando na acção de Embarcação **à embarcação** sem todavia deixar-se ver por onde sefazia o fogo.

[...]

130 algum effugio. Ficarão mortos da nossa parte 18, e 29. feridos. \_\_\_\_

[ espaço] A Esquadra ficou bastantemente arruinada. Antão foi que o Böhm, TenenteGeneral a mandou refazer, e dar as Providencias preciszas para tornar **à manda-la** sobre os inimigos, pois tinha tomado tudo **à sua conta**, e deffinava por chefe o Capitão de mar e guerra

135 Jorge J Kard de Castro, o qual não assistiu ao Combate por estar com a sua Embarcação mais outras 4. no interior do Rio sem poder sahir, porque o vento só era favoravel para entrar. \_\_\_\_

[ espaço] Estou já cansado, não posso escrever mais. Regala-se, de mim sempre noticias suas, e disponha de mim como deseuMano do Coração

140 a Esquadra queestava em Santa Catharina,

está toda em miseravel estado Aqui Já se achão 3. Embarcações, 2 sem remedio # [3] [

↪ < # pela muita pudridão,

quesão a Azeiteira, e Barriga-me-doe, as quaes se entregão **àseus** Donos, e a Naú

Belém

cujo concerto só se pode fazer com 30 000. Estão a chegas as outras > ]

145 [ espaço] [ espaço] Manoel

[2] Note-se "No" por "não".

[3] Inserção ocupa toda a margem a esquerda. Há um símbolo no fim do texto e refletido no início da inserção para indicar-lhe o local exato de coesão.

No capítulo em que trata sobre a Prosódia, Lobato (1824, Livro VI, p. 158) afirma que esta é uma parte da gramática “que ensina a pronunciar as syllabas com o seu devido acento”. O termo acento tem, na acepção do autor, um carácter gráfico, tanto que, após classificar as sílabas em longas e breves, sendo estas as sílabas “em cuja pronunciação se abaixa a voz sem se ferir a vogal” e aquelas, o contrário, i.e., as sílabas em “cuja pronunciação se levanta a voz, ferindo-se a vogal”, o gramático observa que

A's vezes sobre a vogal da syllaba longa se põe o seguinte sinal, (') a que chamão accento agudo; ou este, (^) a que chamão accento

circumflexo. O primeiro serve para denotar, que se deve pronunciar a vogal, fazendo hum som aberto, como se vê na vogal ó da primeira syllaba do verbo *Gósto*. O segundo denota, que se deve pronunciar a vogal, fazendo hum som fechado, como se vê na vogal o da primeira syllaba do nome *Gôsto*.

Antes, porém, ele salienta que a acentuação gráfica é própria das línguas vulgares, entre as quais está o latim vulgar, em que não há sílabas longas ou breves – classificação pertencente à antiga pronúncia –, as quais se distinguem pelo acento.

Isso, pois, nos conduz a inferir que, sendo o acento agudo indicação gráfica da sonoridade das vogais abertas e da sílaba longa, ou tônica das palavras, não poderia esse sinal representar a fusão da preposição *a* com o artigo *a*, uma vez que ambas as palavras, não fazendo som aberto, eram consideradas, gramaticalmente, breves, conforme explícito na gramática de Lobato (1824, p. 160): “Tirão-se *A* artigo, e *A* preposição, quando não faz som aberto, que são breves”.

Acerca disso, Mattos e Silva (2001, p. 58) chama a atenção para os posicionamentos de Maia (1986) e Teyssier (1982), os quais afirmam que, numa análise fonológica moderna, a distinção entre os dois timbres de *a* é apenas fonética, já que o “*a* pequeno” (= fechado) é uma variante condicionada, pois ocorreria quando seguido de consoante nasal e o “*a* grande” (= aberto) em qualquer outro contexto. Ou seja, no caso da crase no interior dos vocábulos ou em fronteiras sintáticas, entre duas vogais *a*, estas teriam sempre um som aberto.

Como dito na Introdução desta pesquisa, então, uma vez que a crase, conforme Azeredo (2008, p. 531), “[...] aplica-se especificamente à enunciação, em uma única vogal simples, de duas vogais iguais postas em contato, seja no interior da palavra (*leer* [forma arcaica] > *ler* [forma moderna]), seja na fronteira de duas palavras (*Ela mora aqui* > *Ela moraqui.*)”, é preciso falar um pouco sobre o emprego do acento gráfico em dois momentos históricos do português: no latim e no português arcaico, a fim de mostrar que, em decorrência de sua historicidade, a consolidação da crase no português brasileiro não é casual.

### 2.2.2 O emprego do acento gráfico no latim

O latim clássico era a língua escrita, configurada nas obras literárias com apurado vocabulário, correção gramatical e estilo elegante. O seu apogeu é

representado pela época dos filósofos Marco Túlio *Cícero* e do imperador Caio Júlio César Otaviano *Augusto*. Entretanto, nos diferentes períodos da história da língua latina, a escrita variou bastante, “sofrendo transformações sucessivas de época para época: *Orthographia saepe mutata est* (Quint. 1, 7, 11) “a ortografia frequentemente mudou.” (FARIA, 1955, p. 97).

As questões ortográficas não eram tão importantes no período clássico latino, uma vez que não havia, nesse tempo, uma escrita padronizada, seguida por todos os escritores. Geralmente, ou se seguia o critério etimológico, em que se procurava escrever atendendo à origem das palavras, ou se escrevia de acordo com o critério fonético, buscando-se reproduzi-las conforme a pronúncia corrente.

Dentre as transformações mais relevantes da escrita latina, está a grafia das vogais geminadas, um hábito grego, que data de 132 a.C., conforme documentado em Faria (1955, p. 98):

Entretanto, segundo os gramáticos, primitivamente também se usou dobrar a vogal para representar a quantidade longa: ut ueteres scripserunt qui geminatione earum uelut apice utebantur (Quint. 1, 4, 10) “como escreveram os antigos que usavam a geminação das vogais, como se fôsse o ápex” (sinal que servia para indicar a vogal longa). O primeiro exemplo epigráfico do fato ocorre em 132 a.C. numa inscrição (C.I.L. I<sup>2</sup>, 638; X, 6950), conhecida como o Miliário de Popílio Laenas, onde se lê a forma *paastores*, [...]

O ápex era um sinal gráfico que distinguia a vogal longa, “entretanto, segundo se deduz de um passo de Quintiliano, só se deveria usar o ápex para distinguir os homônimos.” (FARIA, 1955, p. 100). Ainda segundo esse autor, Quintiliano recomendara usar a referida notação gráfica sobre o **a** longo do caso ablativo para distingui-lo do **a** breve do caso nominativo.

Posteriormente, no português arcaico, essa acentuação gráfica passaria a distinguir, com o acento circunflexo, as sílabas longas fechadas, e com o agudo, as abertas, como *fôrma* e *fórma*, *sêde* e *séde* (cf. MACHADO FILHO, 1965, p. 172). Em seguida, o sinal gráfico só viria a caber no vocábulo de vogal fechada, no par que formava com o correspondente de vogal aberta, pois, como afirma Machado Filho (ibidem), “um dos objetivos da acentuação gráfica [era] a distinção de palavras que, escritas com as mesmas letras apresenta[va]m diferença, na vogal da sílaba tônica: *fôrma*, *forma*; *mêdo*, *medo* (Nome de um povo); *êrro*, *erro*. Trata[va]-se de homônimos homógrafos, não homófonos.”

Assim como em português, com exceção das palavras átonas, toda palavra latina era provida de um acento, mas entendia-se por acento não a notação gráfica sobre a sílaba tônica das palavras e sim “a ação de fazer ressaltar, em uma palavra, determinada sílaba denominada tônica, em relação às demais chamadas átonas.” (FARIA, 1955, p. 113).

As sílabas tônicas eram sempre longas, porque constituíam-se de vogais longas, isto é, vogais pronunciadas em duas unidades de tempo. As palavras átonas, por serem desprovidas de acento, apoiavam-se, na pronúncia, à palavra seguinte, formando com ela um todo fonético, dominado por um único e mesmo acento.

Por causa dessa variação quanto à quantidade, os gramáticos latinos, seguindo as teorias dos gramáticos gregos, dividiam o acento latino em três espécies: agudo, circunflexo e grave, este caracterizador das sílabas átonas. Os acentos estavam diretamente relacionados à enunciação das sílabas. O agudo correspondia à pronúncia rápida da sílaba, e o circunflexo, à pronúncia mais demorada desta. Assim, o acento agudo incidia sobre as sílabas breves e o circunflexo sobre as longas. O acento grave caracterizava as sílabas átonas, isto é, não acentuadas nem com o agudo nem com o circunflexo. Contudo, não eram empregados na escrita devido à simplicidade das regras de acentuação. Ao contrário, “na língua grega tais acentos existiam e eram frequentemente grafados, (especialmente pelos alexandrinos), para facilitar a leitura, isto em vista da relativa complexidade da acentuação grega.” (FARIA, 1955, p. 123).

Havia entre os gramáticos e retóricos latinos uma confusão quanto à natureza do acento, que era visto como de natureza musical, como acento de altura, de intensidade ou de quantidade. Sobre esse assunto, Faria (1955, p. 124) comenta que

[...] constitui das mais controvertidas questões da filologia latina, e isto principalmente pela insegurança dos testemunhos que nos legaram os gramáticos latinos, que neste ponto seguiam quase servilmente as teorias que os gramáticos gregos lhes haviam legado. Além disso, por uma certa imprecisão proveniente, antes do mais, do emprêgo da nomenclatura, êsses mesmos testemunhos se prestam a mais de uma interpretação por parte dos modernos. E esta diversidade de interpretação leva, não raro, a conclusões contraditórias.

O autor discute, ainda, o argumento dos gramáticos latinos acerca da natureza do acento, afirmando que, nas línguas modernas, que possuem o acento intensivo, está plenamente em vigor “um acento essencialmente musical”. E trata sobre a imprecisão no emprego dos termos *prosodia* e *accentus*, que, no texto de Varrão, se confundem, fazendo o seguinte comentário sobre a representação gráfica do acento:

Adiante a expressão *fastigium* já é de mais delicada interpretação: é usada em gramática, mas geralmente para designar os sinais de acentuação que se colocam sôbre as vogais à maneira de cimios ou cumieiras em comparação com o emprêgo do vocábulo em arquitetura. (FARIA, 1955, p. 127)

Sobre essa questão, vem corroborar o posicionamento de Teyssier (2007, p. 8), quando afirma que, entre as evoluções gerais do latim falado, há a generalização de “um acento de intensidade, cuja posição é determinada de maneira automática.”

No latim, o acento não tinha relação direta com a escrita, mas com a musicalidade, o ritmo e a métrica, com relevante importância no latim literário do período clássico, que sugerem algumas interpretações sobre casos de sândi vocálico, como as elisões, as crases, os ditongos e os hiatos. Muitas vezes, esse acento não coincidia com o acento tônico vocabular, circunstância que “parecia ser atribuída à tradição escrita e à cultura literária que tendiam cada vez mais a fixar a língua escrita, muitas vezes em oposição ao uso cotidiano da linguagem oral.” (FARIA, 1955, p. 132).

Segundo Teyssier (2007, p. 28), “a partir de inícios do século XIII surgem documentos inteiramente escritos em ‘língua vulgar’”, o que Michaëlis de Vasconcelos (1956, p. 17) chama de “latim bárbaro”, que, para ela, “nunca teve vida e nunca foi falado, é inorgânico; obra artificial dos referidos tabeliães, que, sendo obrigados a servir-se da língua latina, a ignoravam todavia, cometendo por isso as maiores irregularidades.”

É na segunda metade do século XIII que se estabelecem certas tradições gráficas, entre elas, a colocação do til (~), sinal diacrítico indicador de nasalidade das vogais, conforme veremos mais adiante. Teyssier (2007, p. 29) diz ainda que, “apesar das suas imprecisões e incoerências, a grafia do galego-português medieval [ou português arcaico] aparece como mais regular e ‘fonética’ do que aquela que prevalecerá em português alguns séculos mais tarde.”

### 2.2.3 O emprego do acento gráfico no português arcaico

A partir do fim do século XII, começaram a aparecer os textos em prosa. São documentos extensos, mas raríssimos ainda. Mattos e Silva (2001, p. 15) diz que “os historiadores e filólogos que a esse período do português se têm dedicado são unânimes em situar seu início nos princípios do século XIII, porque para isso têm uma razão explícita: é nesse momento que a língua portuguesa aparece documentada pela escrita.”

Entre os documentos escritos desse período, identificam-se o *Testamento de Afonso II*, datado de 1214, e a *Notícia do Torto*, escrita entre 1214 e 1216, considerados de grande valor, superior aos precedentes em correção e estilo. Mattos e Silva (2001), que tem vários trabalhos sobre o sândi vocálico no português arcaico, mais especificamente com as Cantigas de Santa Maria, aconselha análises sobre os ditongos, hiatos e crases em outros textos do mesmo período, como as cantigas de amigo e de amor do Cancioneiro Medieval Português, o Testamento de Afonso II e a Notícia do Torto.

O período arcaico prolonga-se até 1500 ou mesmo ainda mais além dessa data. A língua não fica de modo algum inalterada. Muitos dos fenômenos que a distinguem desaparecem depois de 1350, mas outros perduram ainda um século; vários subsistem até o século XVI. Foneticamente, há traços importantes. Das muitas transformações que a língua sofreu, estava a tendência em fundir-se numa só sílaba as vogais idênticas ou semelhantes que entravam em contato, “no séc. XV, as formas vão-se contraindo; a morfologia disciplina-se”:

Disciplinou-se um pouco mais; [...] Principiando a concentrar-se e avigorar-se, contraíu também vogais idênticas numa só, pronunciando por ex.: ver, ser, crer, só, dó, má, em lugar de veer, seer, creer, soo, doo, maa, formas que só de longe em longe apontavam nas poesias trovadorescas, como licenças poéticas de que os autores se servem a mêdo, envergonhados talvez de acolher tais modos de dizer familiares ou vulgares. (MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1956, p. 20)

Cardoso e Cunha (1978, p. 75) chamam a essa disciplina *acidente fonético*, “aquele que se observa no curso de evolução dos fonemas e que, embora não tenha a regularidade das correspondências fonéticas, perturba a constância de sua ação.”



A crase, para os estudiosos, é um acidente que consiste na “fusão de duas vogais em uma única: pede > pee > pé; dolore > door > dor; crudu > cruu > cru.”

Na época trovadoresca, essas formas eram pronunciadas em duas sílabas – “distinção absoluta e rigorosa na pronúncia (**e conseqüentemente na grafia, que tenta reproduzir aquela verídicamente e o consegue menos mal**)” (MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1956, p. 21, grifo nosso) –, aproximando-se do latim vulgar ou sendo “mero reflexo delas”, isto é, das formas do latim vulgar, como afirma a autora citada. Em seguida, caracteriza-se a língua arcaica, cujo fenômeno de fusão dessas formas, desmembrando-se do vulgar, conduz ao português moderno.

A nossa preocupação é que, como antes de entrarmos na análise do processo da escrita, abordamos sobre a questão da pronúncia (ou da fala), acabemos misturando uma coisa com outra. Entretanto, este não nos parece um comportamento atípico em quem estuda os fenômenos fonético-fonológicos da língua, pois, como afirma Mattos e Silva (2001, p. 39),

é complexa a relação entre a representação escrita de uma língua ou de um estado de língua e a realidade oral a ela subjacente. Não entraremos aqui nessa discussão, ultrapassaria os nossos limites. Consideraremos, contudo, que, sendo a documentação escrita que permanece, e sendo essa uma representação convencional da fala, desta teremos nos documentos um reflexo que permite tirar conclusões até certo ponto seguras, no nível fônico-mórfico, já que, não havendo então uma normatização ortográfica, a análise da variação da escrita oferece indícios para alguma percepção da voz. Do mesmo modo, se o que está escrito procura espelhar a voz e esta nos falta, pelo escrito se pode depreender, embora não integralmente, a língua no seu uso primeiro, em qualquer dos níveis em que se pode estruturá-la: fônico, mórfico, sintático e discursivo. Também a ausência de um controle gramatical normativo faz com que no texto medieval a variação seja constante, fato que também é indicador de usos da fala."

No campo fonético-fonológico, a língua arcaica tem as suas particularidades. A escrita e a fala, nesse período, são quase que indissociáveis, visto ser o português arcaico escrito a representação do falado. Já que estamos discutindo sobre o processo da crase, voltar-nos-emos, então, para as questões relativas especificamente a esse fato.

É importante frisar também que, nessa época, as normas de uso prestigiado da língua ainda não tinham sido estabelecidas, logo era comum que a documentação escrita apresentasse variação na grafia. Mattos e Silva (2001, p. 12)

aponta que, em decorrência dessa variação gráfica, se podem depreender indícios de realizações fônicas conviventes, indicadores de “mudanças que depois vieram a ocorrer e que, a partir da normatização gramatical, a documentação escrita exclui, já que serão sempre algumas das variantes as selecionadas para o uso escrito normativizado das línguas”.

A especialista diz ainda querer, com tal afirmação, dar destaque ao fato de que “o texto escrito do período arcaico se aproxima, em geral, mais da fala do que os textos escritos posteriores à normatização gramatical”, instituída a partir da Gramática da Linguagem Portuguesa, de Fernão de Oliveira, em 1536, e com a Gramática da Língua Portuguesa, de João de Barros, em 1940.

Significa isso que a documentação desse período apresenta evidências quanto ao efetivo funcionamento da língua de então – ainda que com restrições impostas na transferência do oral para o escrito –, que, juntamente com “as informações dos gramáticos a partir do século XVI, além da realidade atual, permitem inferir algumas afirmativas e outras suposições sobre o sistema fonológico e as realizações fônicas no período arcaico da língua.” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 48).

Para a especialista, a vogal grafada <a>, por exemplo, proveniente do /ā/ ou /ǎ/ latino, respectivamente agudo e átono, no português moderno, “não apresentava variação na grafia nos textos do período arcaico.” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 55). Segundo ela, essa situação pode ser encontrada na documentação analisada por Maia (1986), em textos datados do séc. XIII ao XVI.

Salientamos, baseados em Faria (1955, p. 52), que, no latim, o /ā/ e /ǎ/

soavam com o mesmo timbre, aproximadamente como o nosso **a** oral aberto em português. Mário Vitorino, gramático do IV século assim o descreve: *a littera rictu pátulo suspensa, neque impressa dentibus lingua enuntiat* (Keil, 6, 33), “a letra *a* é pronunciada com a boca aberta, a língua suspensa, sem tocar os dentes”. [...] O poeta Lucílio chama a atenção para a identidade de grafia e de pronúncia do *a* longo ou breve no seguinte passo: *uno eodemque ut dicimus pacto scribemus pacem, placide, lanum, aridum, acetum* (Luc. Marx, 9, 353-4), “e do mesmo modo como pronunciamos escrevemos: *pacem, placide, lanum, aridum, acetum*”, isto é. *pācem, plācide, lānum, āridum, ācetum*.

Documenta-se, por exemplo, no português arcaico, a variação gráfica e regular entre o **a** artigo e o **aa**, artigo mais preposição, bem como *aquele* de

*aaquele*, assim para todos os demonstrativos precedidos de preposição e iniciados por **a**, o que faz supor a Mattos e Silva (2001, p. 58) “que a crase ainda não teria ocorrido, ou que já teria ocorrido e a vogal duplicada indicaria uma vogal mais aberta que outra não craseada (sic).”

Essas vogais, antes de se fundirem mais tarde na língua pela crase, constituíam sequências vocálicas em hiato, isto é, uma em cada sílaba, “ocupando ou não sílaba acentuada do tipo (marcaremos com o diacrítico ( ) a vogal acentuada): máa, paáço, [...] paancáda, Brágaa.” (MATTOS E SILVA, 2001, p.65).

Ao longo desse período, Mattos e Silva ressalta que “atuou a regra de crase ou de fusão de vogais idênticas. Pela escrita e pela métrica dos *Cancioneiros*, pode-se afirmar que, já no século XIII, essa fusão poderia operar-se. A grafia, eventualmente, apresenta indicação quando alternam vocábulos ora com vogais simples ora com vogais duplas.”

Ocorria a grafia com o diacrítico<sup>7</sup> em cada vogal da palavra, quando se queria representar o hiato entre elas, ou por um til quando se queria representar que as vogais duplicadas eram nasais, conforme atesta:

Na primeira fase do português arcaico é comum a grafia da vogal duplicada, marcáda a nasalidade por til (por dois sinais de til ou por um, alongado, que recobre as duas vogais: *lãã* ou *laa*; *bõõ*, *boo*; *têê*, *teer*; *algũũ*, *alguu*; *vĩĩr*, *viir* (lat. *lana*, *bonu*, *tenere*, *alicunu*, *venire*). Também ocorre a grafia com o diacrítico < ´ > em cada vogal (*láá*, *bóó* etc.), que se costuma interpretar como indicador de hiato. Essas grafias com vogais duplicadas, com indicação ou não de nasalidade, prolongam-se até o século XV. Afirma-se, contudo, que a fusão ou crase das vogais contíguas começou a realizar-se desde o século XIII, [...] (MATTOS E SILVA, 2001, p.72).

Como podemos observar nos exemplos dessa citação, não importava, no português arcaico, a posição de acentuação das vogais: elas eram representadas pelos mesmos sinais gráficos. Em documentos do século XIII, em pleno período fonético da ortografia portuguesa, conforme constatação de Huber (1933, p. 43), “o uso de sinais ortográficos (como acentos, tiles, traços de união, apóstrofos) era bem variado e inconsequente.” Mattos e Silva trata exatamente dessa suposta falta de

<sup>7</sup> Diacrítico, para Crystal (2000, p. 80), significa, “na fonética, uma marca acrescentada a um símbolo para alterar seu valor, como os vários acentos (´ ˘ ^ etc.) e os sinais de ensurdecido [o] e nasalização [-].” No link [http://pt.wikipedia.org/wiki/Acento\\_grave](http://pt.wikipedia.org/wiki/Acento_grave), encontramos a seguinte definição sobre o diacrítico: “Um diacrítico (do grego διακριτικός, *que distingue*) é um sinal gráfico que se coloca sobre, sob ou através de uma letra para alterar a sua realização fonética, isto é, o seu som, ou para marcar qualquer outra característica linguística.”

critério no emprego desses sinais, quando se refere ao emprego do acento agudo ao lado do til para representar vogais nasalizadas e também orais, ou seja, não nasalizadas.

No campo da fonética e da fonologia, nesse período, o sistema vocálico, em posição átona final, estava reduzido a três fonemas, representados pelas letras -e, -a, -o, que, segundo Teyssier (2007, p. 31), “deviam ter uma pronúncia breve”. Isso, a nosso ver, abona nosso posicionamento acerca da colocação do acento grave sobre o **a**, para indicar a crase no português atual, pois o artigo e a preposição são considerados palavras átonas.

Para Coutinho (1976, p. 131), “nos encontros vocálicos, resultantes do contacto da vogal final de uma palavra com a da palavra seguinte, dá-se a queda daquela ou sinalefa, se as vogais são da mesma natureza ou iguais: *venh(a) aqui* [...]. Ele admite, porém, que “a preposição **a** funde-se por crase com o artigo feminino **a** e com o **a** dos pronomes demonstrativos *aquele, aquela, aquilo, aqueles, aquelas*: *à, àquele, àquela, àquilo, àqueles, àqueles*.”

Massini-Cagliari (2006) posiciona-se contrariamente a Coutinho (1976), afirmando que, nos casos de contato do **a** em posição átona final de uma palavra com o **a** inicial da palavra seguinte, temos a “*crase entre vogais de mesma qualidade*”, ou seja, no português arcaico, a crase acontece exclusivamente no contexto **/a/ + /a/**.

Esse também é o nosso posicionamento. Ele nos servirá para justificar mais tarde o processo da crase entre fronteiras sintáticas, o que veremos no capítulo a seguir.

### 3 A CRASE NUMA PERSPECTIVA SINCRÔNICA – A FUNCIONALIDADE

#### 3.1 Uma reflexão sobre diacronia e sincronia

Antes de iniciarmos propriamente este terceiro capítulo, consideramos conveniente fazermos uma reflexão acerca do conceito de diacronia/sincronia. Coseriu (1979, p. 15) comenta que essa dicotomia, tão discutida entre os linguistas, “se apresenta explicitamente como o paradoxo da linguagem”.

Pelos princípios saussureanos, há uma separação clara entre essas duas perspectivas: a primeira liga-se ao estudo da série de acontecimentos que modificam a língua num determinado período; a segunda, ao estudo da língua em um dado momento do tempo, descrevendo o seu estado nesse momento. Por isso, para o linguista, são contraditórias, pois a diacronia entende a língua como “algo instável, que muda e evolui”, e a sincronia “ignora deliberadamente a sucessão e a mudança” na língua, que é sistemática.

Coseriu (1979, p. 16), entretanto, diz que “não há nenhuma contradição entre “sistema” e “historicidade”, ao contrário: a historicidade da língua implica sua sistematicidade.” A uniformização da língua, em cada etapa de sua evolução, é sistemática. E é exatamente essa sistematização que faz a sua história.

Quanto à relação dessas questões com a nossa pesquisa, salientamos que, se estamos investigando os acontecimentos que levaram à solidificação da crase na língua portuguesa do Brasil, é de fato necessário lidar com essa antinomia, pois ela pertence, como afirma Coseriu (1979, p. 17), ao plano da investigação.

Como tal, são visões que comprovam os fatos da língua, à medida que, mesmo sendo esta sistematizada (o que não significa estática), possui uma realidade de constantes mudanças, que, entretanto, não afetam sua funcionalidade, mas a promovem.

No capítulo anterior, quando do estudo da crase na perspectiva diacrônica, investigamos uma série de acontecimentos que desencadearam a sistematização do fenômeno na nossa língua, desembocando na sua regulamentação de uso nas gramáticas normativas.

Na escrita, o uso da crase esteve, durante muito tempo, atrelado à forma como se ouvia, daí a sua aplicabilidade variada na língua. Após a normatização, o

modelo erudito deveria reproduzir-se através daqueles que aprendessem a escrever sob os padrões cultos do sistema linguístico.

Vários são os estágios por que passa a língua, o que justifica as variações e as mudanças fonológicas e morfossintáticas, tanto no âmbito da palavra, como no da sentença. Essas ocorrências são abordadas pelas gramáticas históricas, que, entretanto, não têm a preocupação de descrever o processo que as desencadeia. Ainda assim, elas contribuem muito para as pesquisas sobre reduções e outros fenômenos fonológicos, dentre os quais a crase, abordada como um caso de “metaplasmo por supressão”, uma das classificações da gramática histórica para o fato.

Coutinho (1996, p. 147) já apresentara essa mesma classificação para a crase, afirmando que, dentre os quatro tipos de metaplasmos classificados pela gramática histórica, estaria o metaplasmo por supressão, ou por subtração, que abrange o fenômeno objeto deste estudo. Este é, entretanto, um caso tratado diacronicamente no âmbito da palavra.

A mutabilidade não é uma característica da sincronia. Por isso mesmo, neste capítulo, não trataremos de mudanças, mas do “existir concreto” desse fenômeno da língua portuguesa. Falaremos de como ela acontece no português brasileiro e das incoerências existentes entre o uso e as normas gramaticais de seu funcionamento.

Assim como a diacronia, a sincronia também pertence à linguística. Investigar a língua sob essa ótica faz-se necessário, à medida que consideramos a prática social da escrita de cada indivíduo.

A realidade da língua está relacionada com a sua história social, requerendo que o assunto também seja abordado sob uma ótica realista, visto que “a língua não pode ser isolada dos “fatores externos” – isto é, de tudo aquilo que constitui a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes – pois ela só se realiza no falar.” (COSERIU, 1979, p. 19).

A respeito disso, Barbosa (in Castilho, 2007, p. 485) comenta que

a prática da escrita dos indivíduos estabelece uma relação de maior ou menor aproximação a um dado modelo, passo a passo construído e transmitido (até modificado) historicamente por via popular ou erudita. A questão que interessa aqui é a de haver uma ressonância entre esses graus de proximidade entre o escrito de um dado redator e uma dada tradição discursiva e possíveis graus de opacidade de seu texto escrito e a realidade do vernáculo do mesmo redator.

Essa abordagem, por sua vez, não quer negar a existência de padrões, mas fazer ver que estes acabam se formando na variedade do uso e na dinamicidade da língua. Dessa forma, para estudarmos a crase na língua portuguesa sob uma ótica realista, é necessário que o façamos a partir do método sincrônico, o qual é o estudo de um estado momentâneo da língua.

### **3.2 A inadequação da escrita como um processo sinalético de quem redige**

Escrever fugindo às regras gramaticais pode estigmatizar quem redige, revelando inexperiência com a escrita ou pouca escolaridade. É, por exemplo, a situação por que passou o palhaço e deputado federal Tiririca, quando teve de provar, perante a Justiça Eleitoral de São Paulo, que sabia ler e escrever, tendo em vista a declaração assinada por ele apresentar sinais de um “artificialismo gráfico”, isto é, de infrações às normas gramaticais da língua portuguesa. A preocupação de quem lhe exigiu o teste não era simplesmente comprovar o seu distanciamento dos padrões linguísticos, mas também revelar a sua inaptidão para o cargo que ora assumia.

À época, isso pareceu, para muitas pessoas, um caso claro de discriminação contra o parlamentar, mas tivemos aí o que podemos chamar de processo sinalético da escrita ou um aproveitamento de “pista linguística” para revelação de “marca identitária”. A padronização da escrita é dogmática, categórica e autoritária. Estabelece ditames a serem seguidos pelos usuários da língua, que veem a norma, não somente como socialmente prestigiada, mas, ainda, como de valor real e intrínseco.

Como afirmou Teixeira (2008, p. 4):

A escrita, mais do que espelho, é o filtro que olha para a língua e que lhe apara as imperfeições. E só neste âmbito é que deixamos que ela exista. As repetições, os truncamentos, as não concordâncias, as elisões e todos os “defeitos” da oralidade não podem reflectir-se na escrita.

A linguagem é, assim, uma porta aberta para que o indivíduo participe da camada de maior prestígio no grupo social – a elite – permitindo-lhe enxergar-se como alguém bem-sucedido, um afortunado. A inobservância dessas regras

gramaticais, ou a lesa-gramática, constitui-se-lhe o contrário: é o estigma da má formação escolar e da ignorância.

Mas essa relação não é tão direta assim! Não é raro encontrarmos infrações às normas padrões da língua.

Como estamos pesquisando o uso da crase no português, citamos, por exemplo, estas extraídas de várias edições do jornal Gazeta de Alagoas: “Há anos esse voo charter de Portugal é um sucesso, tanto de chegada de portugueses à Maceió, como de viagens de alagoanos a Portugal.” (Economia, 04/03/2010); “Além de Rafael, os pais de Flávia também deverão ser convidados à depor.” (Nacional, 04/08/2011); “Honda volta à produzir carros em ritmo normal” (Caderno Auto, 09/02/2012); “A carta magna a ser votada nos próximos dias prevê o multipartidarismo, entre outras medidas de apoio à mudanças no regime.” (Internacional, 16/02/2012); “... as associações militares cobravam a implantação de 7% referentes à reajuste que alegam ter direito desde 2007, mais ganho real de 1,5%.” (Cidades, 16/02/2012). E ainda esta, na placa indicativa que nos conduz a um hotel-fazenda em União dos Palmares-AL: “Quilombo Park à 1,5 km”.

Embora as infrações gramaticais identificadas nesses contextos não impliquem, necessariamente, alteração no sentido literal da mensagem, o julgamento delas pelos leitores, excetuando-se a frase da placa, porque não sabemos o nível escolar de quem a escreveu, terá um agravante ainda maior, já que é de conhecimento geral a formação universitária dos profissionais que redigem para o jornal. Nesse caso, o uso da linguagem revela muito mais do que o simples rompimento dos padrões linguísticos: ele põe em xeque a confiabilidade no trabalho dos seus autores, a credibilidade de suas informações e, até mesmo, a seriedade do próprio jornal.

### **3.3 O estigma da crase na língua portuguesa**

Neste capítulo, trataremos do fenômeno da crase em fronteira de palavras na frase, partindo de contextos escritos que refletem o modo como a língua é utilizada na fala, mostrando que, de certa forma, Sapir (1921, p. 19, in: Fávero, 2002, p. 10) tinha razão ao dizer que “a escrita é o simbolismo visual da fala”.

Em tais contextos, verificaremos que a escrita dos usuários é puramente o reflexo daquilo que ouvem. Observaremos, a partir deles, que não há uma gramática



específica para a fala, a qual se realiza de maneira distinta da modalidade escrita, cuja “liberdade de iniciativa” é muito menor do que a que é permitida aos usuários da língua quando falam.

Desse modo, é possível entender a dificuldade de muitos falantes em reproduzir a crase na escrita a partir da fala, uma vez que, na pronúncia, não se faz ou não se ouve a separação entre as vogais iguais que compreendem o fenômeno. E isso é, então, quase sempre incompreendido por aqueles que dominam a escrita padrão, que o apontam como *erro ortográfico*, o qual revela uma lógica que só se interpreta a partir de estudo e reflexão.

Assim considerando, objetivamos analisar como se processa a crase em algumas situações de escrita do português brasileiro. Embora não seja natural que esse tipo de ocorrência se verifique oralmente, esse estudo parte da hipótese de que casos de crase que, principalmente, fogem aos prescritos pelas gramáticas normativas estão presentes na escrita de alguns usuários, que parecem compreendê-la como o espelho da fala.

Nesse sentido, o trabalho orienta-se pelas perspectivas teóricas, descrições e interpretações do fenômeno encontrados nos trabalhos de Câmara Jr. (1977), Bisol (1992), Massini-Cagliari (2006) e Nogueira (2007). A metodologia se inscreve numa abordagem qualitativa, uma vez que a relevância está na análise e interpretação do *corpus*, que são textos extraídos da Gazeta de Alagoas e de placas de propagandas e trânsito. A finalidade é mostrar que, muitas vezes, os usuários da língua, embora não percebam a crase na fala, reproduzem-na na escrita sem levar em consideração as prescrições das gramáticas normativas, demonstrando, com isso, uma falta de intimidade com a regulamentação oficial do fenômeno no nosso idioma.

Nota-se que, em alguns contextos, a identificação da crase se dá de maneira lógica, mas inaceitável pelos ditames gramaticais, revelando ser este mais um, entre os vários fenômenos existentes na nossa língua, que não se pode estudar e entender tendo como base puramente o ensinamento escolar a partir das normas em legislação vernácula específica.

Assim feito, partiremos para “o plano do objeto investigado” ou o estudo da crase sob uma perspectiva sincrônica, anunciado no título deste capítulo.

### 3.4 O dogmatismo gramatical da crase x o uso

A maioria dos nossos gramáticos privilegia o fenômeno da crase apenas quando este se registra graficamente pelo sinal grave [˘] sobre o **a**, indicando a contração do **a** preposição com o **a** ou **as** artigo, ou ainda, com o **a** inicial dos pronomes demonstrativos *aquele(s)*, *aquela(s)*, *aquilo*, como temos reiteradamente apontado.

Entretanto, embora a gramática tome como *corpus* de sua descrição a escrita culta, desprezando outras manifestações linguísticas, descreveremos e analisaremos, a seguir, alguns contextos de uso da crase que não condizem com essa legislação do idioma.

Os exemplos aqui apresentados, extraídos aleatoriamente da Gazeta de Alagoas e de placas de propagandas e de trânsito, observadas no trecho entre Maceió e Recife, vão demonstrar que a prática escrita dos usuários, por vezes, sequer tangencia essa regulamentação linguística, ratificando, pois, o que já dissemos sobre a ausência da intimidade destes com certas peculiaridades estruturais da modalidade escrita da língua.

Vários são os processos de alterações fonético-fonológicas da longa história latim > português, dentre eles: “duas vogais idênticas justapostas pela queda de consoante intervocálica, passam por crase.” (FARACO, 2005, p. 48)

A crase é um processo fonológico que afeta a estrutura silábica. Chamado por Bisol (1992) de degeminação, isso acontece por ser “o português brasileiro uma língua de ritmo misto com forte componente de ritmo silábico”.

A degeminação, ou crase para Massini-Cagliari (1999 e 2000) – e como também consideramos –, é um caso de sândi externo. Embora o sândi seja um processo da fala, este estudo se fez na análise de um *corpus* escrito, que reflete a percepção dos usuários acerca do que falam.

Esta pesquisa, conforme já mencionado no capítulo anterior, não tem a intenção de quantificar que categorias de sândi vocálico externo estão mais presentes nos escritos dos usuários da língua. Ela pretende analisar, de forma qualitativa, como se processa a juntura vocabular que envolve encontros de núcleos silábicos nas fronteiras de palavras.

Mostraremos que é um fenômeno que se expande para além das imposições da gramática normativa, acontecendo naturalmente na fala dos usuários do

português, em situações de encontro intervocabular de vogais, e refletindo-se também na escrita, como uma evidência da sobreposição daquela modalidade a esta.

Na língua falada, o **-a** átono final, embora mais breve que em posição tônica, na pronúncia corrente no português do Brasil não apresenta a oposição entre os timbres aberto e fechado.

Por isso, partindo do pressuposto de que a escrita sofre a interferência da oralidade, observaremos, nos contextos comparativos de fala e escrita a seguir, que a grafia, muitas vezes, tende a acompanhar a pronúncia.

### 3.4.1 Escrita x fala

Ainda que o termo seja usado para um caso (acento grave em casos de ocorrência de **a**), a crase é um fenômeno bem geral (e confuso!), que já se registrava na ortografia do português antigo, inclusive entre as demais vogais.

Vejamos o que diz Huber (1933, p. 87) sobre isso:

depois de *d*: *credit* > *cree*, *fide* > *fee*, *pede* > *péé*, *pee*, *sede* > *séé* (1214), *comedit* > *comee*, *mercede* > *mercee* (esp. ant. *merçed*); em todos estes casos em que o *e* final era precedido de *e*, deu-se depois contracção das vogais: *crê* (*crê*), *fe*, *sé*, *pé*, *mercê*, *come*. – *vadit* e *vade* > *vae*.

Em nota seguinte, o autor informa ainda que “a contracção das duas vogais começou no séc. XIII. No Cancioneiro Geral (1516) a contracção é já fenómeno generalizado, com raras excepções.”

Para demonstrar, então, a existência dessa variabilidade da crase na língua portuguesa, apresentaremos, a seguir, quatro contextos de ocorrência do fenômeno, apenas entre vogais **a**, mas não regulamentados pela gramática normativa, a qual, incoerentemente, conceitua o fenômeno como a fusão de sons iguais, porém resume-o à<sup>8</sup> fusão do **a** (preposição) + o **a** ou **as** (artigo), necessariamente nessa ordem; ou do **a** (preposição) + o **a** inicial de *aquela*, *aquela*, *aquilo*. Apresentaremos também um quinto contexto, em que os usuários empregam a crase de modo completamente inaceitável pela gramática normativa.

<sup>8</sup> É interessante registrar que, durante a digitação deste trecho, o computador assinalou esta crase como erro, informando: “Neste caso, não se usa a crase.”

Esses contextos sustentam a nossa tese de que existe uma confusão enorme sobre a crase na nossa língua e que ainda há muito a se esclarecer acerca de sua ocorrência. Demonstram também o quanto a normatização gramatical, ensinada nas escolas, é insuficiente para resolver os problemas linguísticos, pois, impondo-se acima dos postulados da fala, encerra-se em limites superados pelo uso que os falantes fazem da língua.

#### 3.4.1.1 Contexto 1: a crase entre a vogal *a* átona sem classificação gramatical + o artigo *a* + a vogal *a* átona sem classificação gramatical

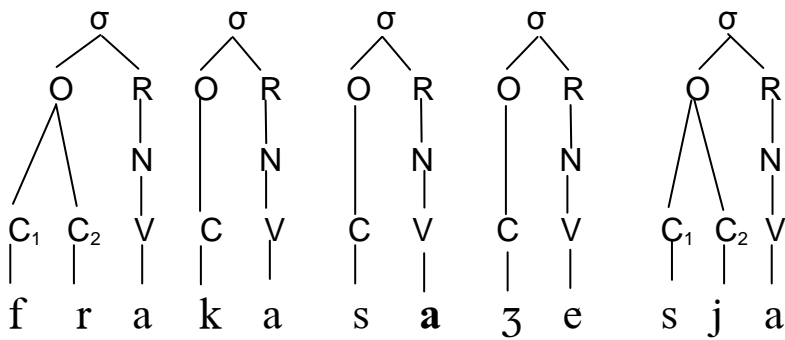
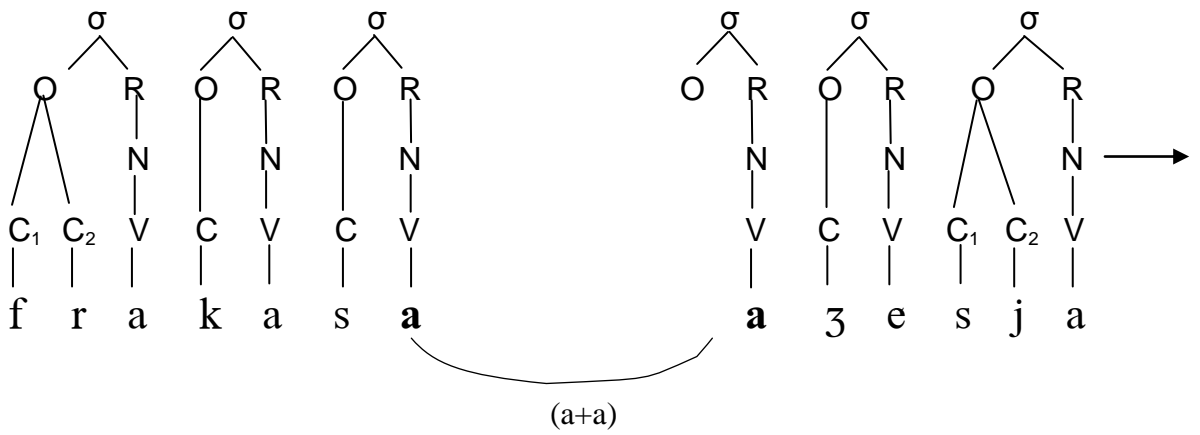
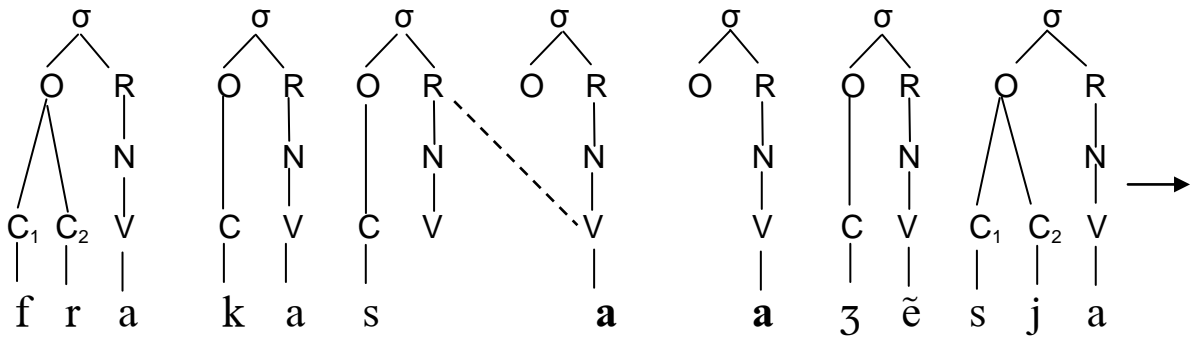
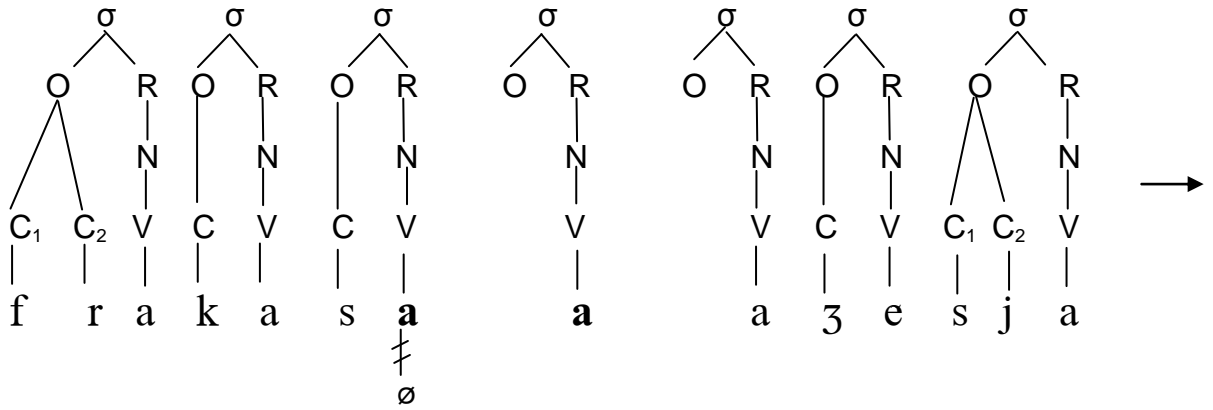
Observemos a seguinte manchete, extraída da Gazeta de Alagoas, de 27 de março de 2011:

<Fracassa a Agência de Fomento no Estado>

/fra'kasa # a # a'zẽsja/

[fra,kasa'zẽsja]

Destacamos, no contexto de fala transcrito, a queda da átona final do primeiro vocábulo. Depois, o artigo (o segundo vocábulo) desloca-se num processo de ressilabificação, seguida da fusão (crase) com a vogal átona inicial do terceiro vocábulo. Esse caso foi assim formalizado:



### 3.4.1.2 Contexto 2: a crase entre a vogal *a* átona sem classificação gramatical + o artigo *a*

Observemos agora esta placa de advertência:

Fotografia 1 – Placa de advertência



Fonte: Autora, 2012.

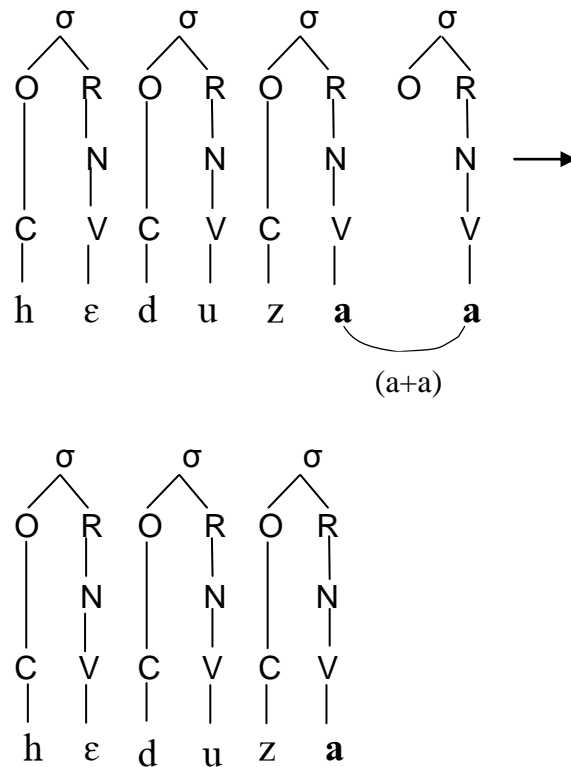
Temos nesse caso:

<Reduza a velocidade>

/hɛduza # a # velɔsidade/

[hɛ'duza velɔsi'dadi]

Nesse contexto, como afirma Bisol (1992), houve, inicialmente, a perda da fronteira silábica. Em seguida, também sob a perspectiva de Massini-Cagliari (1999 e 2000), o artigo funde-se com a vogal átona final da primeira palavra. Ocorre uma ressilabificação e, posteriormente, a crase, ou degeminação, na terminologia da primeira pesquisadora. Há uma fusão dos núcleos das duas sílabas, que, por serem idênticos e estarem muito próximos, se transformam num só, conforme podemos visualizar nesta formalização:



### 3.4.1.3 Contexto 3: a crase entre a vogal *a* átona sem classificação gramatical + a preposição *a*

A frase seguinte é outra manchete da *Gazeta de Alagoas*, também do dia 27 de março de 2011:

<Consumo de crack chega aos canaviais alagoanos>

/kõsumo de krak fega aos kanaviais alagoanos/

[kõ'sũmu di 'krak 'fegaws kãnavi'ajs alago'ãnus]

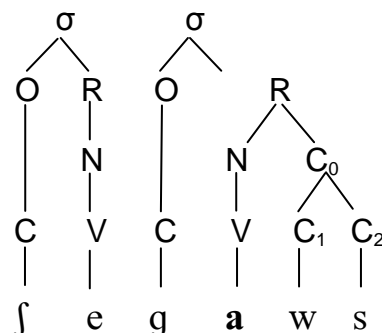
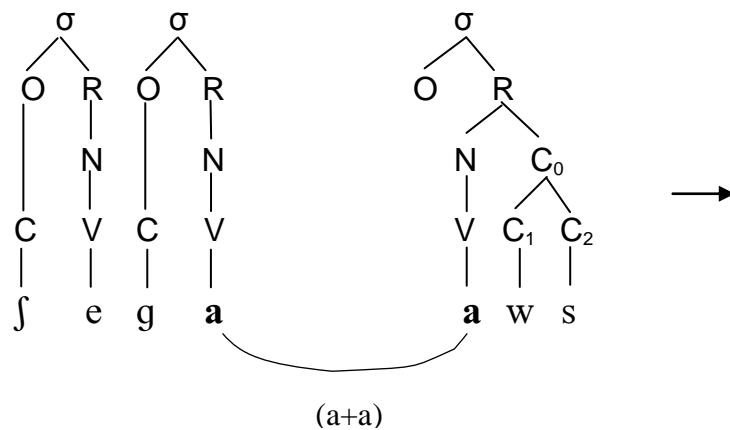
Ao pronunciarmos essa sentença, percebemos que, na fronteira entre “chega” e “aos”, ocorre outro processo de crase, diferente dos que já vimos em 3.4.1.1 e 3.4.1.2.

Dessa vez, a juntura vocabular envolve encontros de núcleos silábicos ocupados por vogal átona sem classificação gramatical + preposição, o que nos leva a perceber que a ocorrência da crase, contrariamente aos princípios da gramática normativa, independe da classe das palavras envolvidas no processo.

Nesse contexto, mais uma vez orientamo-nos pela perspectiva teórica de Bisol (1992), em que consoantes e vogais ocupam as posições silábicas. Na última sílaba da palavra “chega”, o ‘g’ ocupa a posição de onset, e o ‘a’, a posição de núcleo. Por ser do tipo CV, a posição de coda dessa sílaba está vazia.

A preposição **a** (a), que forma sílaba do tipo VCC, em um processo de ditongação com o artigo “o” no plural, ocupa a posição de núcleo. Nessa sílaba, a posição de onset fica vazia e a de coda é ocupada por duas consoantes: o artigo “o”, que se transforma em semivogal (w), e o “s”. Ocorre aí o processo da ditongação, sobre o qual não nos alongaremos em explicações, mas que, de acordo com Cagliari (1997, p.123-124), é decorrente do comportamento da semivogal como um elemento consonantal, o que provoca também a ressilabificação. O núcleo dessa sílaba, no caso a preposição **a**, funde-se com o da sílaba anterior, com o qual também se ressilabifica, ocorrendo, conseqüentemente, a crase.

Vejamos, a seguir, a formalização desse procedimento:





#### 3.4.1.4 Contexto 4: a crase entre a vogal *a* átona sem classificação gramatical + a preposição *a* + o artigo *a*

Observemos estas sentenças (a) e (b), publicadas na primeira página da Gazeta de Alagoas, em 27 de março de 2011:

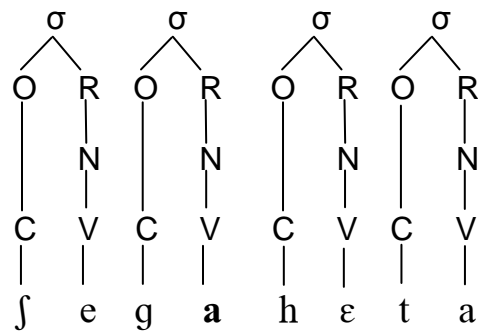
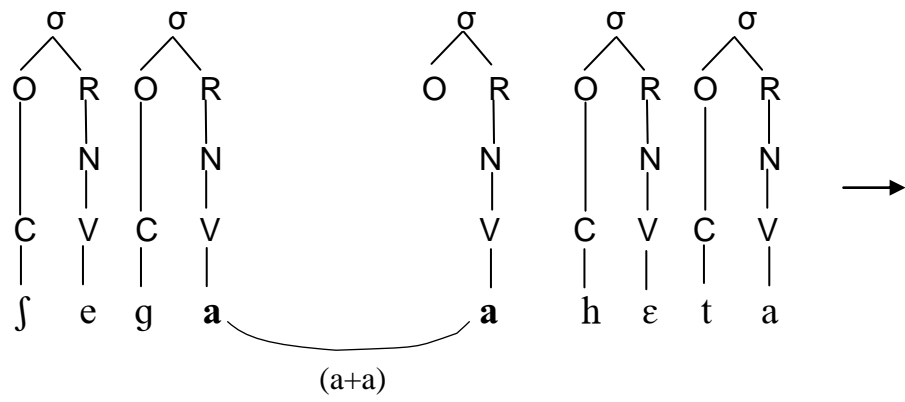
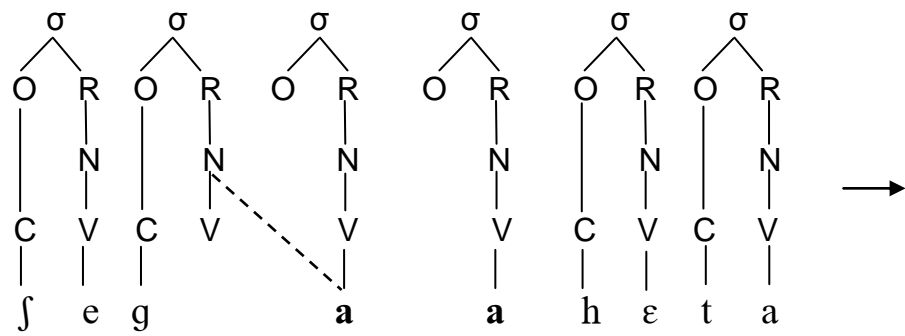
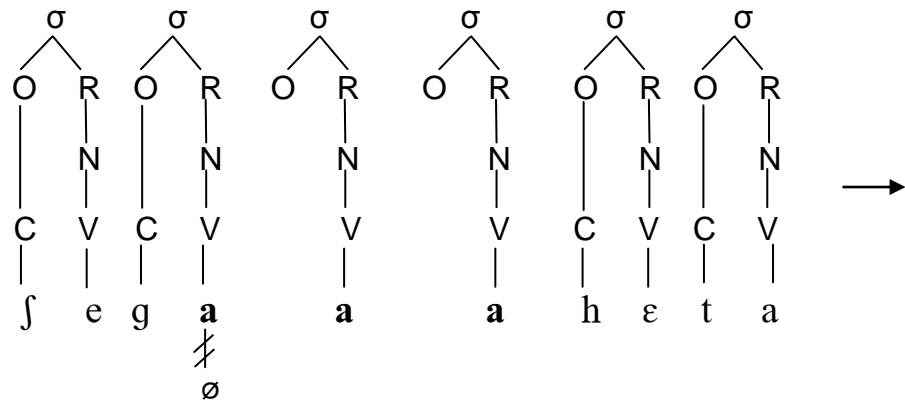
- (a) <BBB<sup>9</sup> 11 chega à reta final com 4 aspirantes à fama>  
 /bebebe onze ŷega a a heta finaw kon kwatro aspirantes a fama/  
 [bebebe 'õzi 'ŷega 'heta fɪ'naw kõ 'kwatru aspi'rãtiza 'fãma]
- (b) <Da teoria à prática, crime desafia hoje a universidade>  
 /da teoria a a pratika krime dizafia oze a universidade/  
 [da teo'ria 'pratika 'krĩmi diza'fia 'ozja ũniversi'dadi]

Em ambas, na escrita, já se registra a crase, obedecendo-se aos padrões gramaticais. Em (a), inclusive, ela ocorre em dois momentos. Entretanto, há, nas duas sentenças, outra junção vocabular, que, mesmo acontecendo na fala, é ignorada pela gramática normativa da língua: a que ocorre entre o **a** da última sílaba dos vocábulos “chega” e “teoria” e a crase, já corretamente marcada.

Seguindo o raciocínio desenvolvido em 3.4.1.1, ocorre inicialmente, em ambos os contextos, uma queda do **a** átono final da primeira palavra. Em seguida, a segunda palavra, a preposição **a**, ressilabifica-se e, posteriormente, funde-se com o artigo **a** que precede a terceira palavra.

Para melhor compreensão, a seguir, formalizamos essa análise:

<sup>9</sup> Sigla de *Big Brother Brasil*, *reality show* da TV Globo.



### 3.4.1.5 Contexto 5: ocorrência da crase inadequada à sistematização gramatical

Após elencarmos quatro contextos em que a crase ocorre na fala, mas não é sistematizada gramaticalmente, veremos outros contextos onde fica clara a confusão que os usuários do português fazem na hora de registrá-la na escrita, mesmo com a sua regulamentação ortográfica.

Observemos esta fotografia:

Fotografia 2 – Placa na estrada



Fonte: Autora, 2012.

Esse anúncio estampa-se em uma placa na estrada que nos leva ao litoral norte do Estado de Alagoas. Quem o escreveu deixa claro aos que conhecem as normas gramaticais sobre a crase que tem dificuldade quanto ao emprego desta na escrita. Observamos que é feita uma fusão entre o **a** átono final de “pizza” e a preposição **a**, que antecede “lenha”:

<Pizza a lenha a quinhentos metros>

/pitsa a lēna a kɨnētus metros/

[pitsa'lēna kɨ'nētus 'mɛtrʊs]

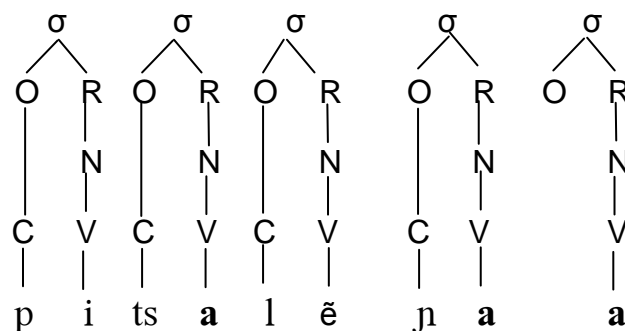
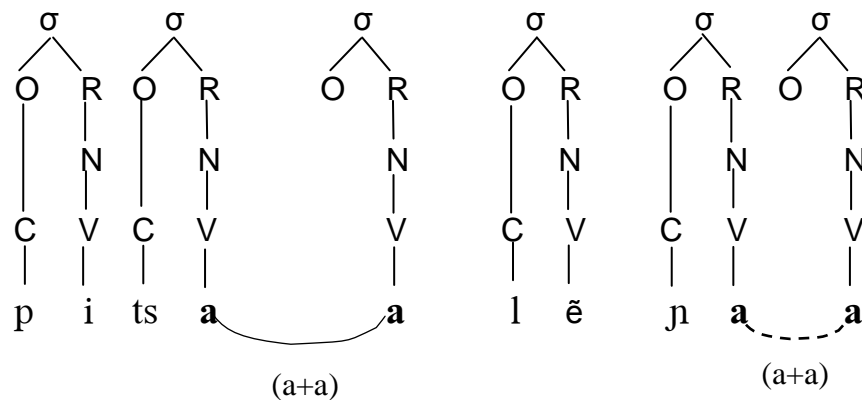
No exemplo dado, a pessoa que redigiu a frase registrou, acreditamos até que inconscientemente, uma crase que não está prevista na gramática normativa da língua. Em vez de fundir a preposição com o artigo, necessariamente nessa ordem

conforme reza a norma, fundiu a vogal átona final de uma palavra com a preposição seguinte a esta. Essa situação é semelhante à formalizada em 3.4.1.3.

No entanto, a juntura vocabular seguinte, tal qual à que descrevemos e que ocorre entre o **a** átono final de “lenha” e a preposição **a**, antecedente da expressão numérica “500m”, passa despercebida pelo autor da placa, o qual se contrapõe deliberadamente aos princípios gramaticais da crase, ao escrever o **a** com o acento grave indicador desta (**à**).

São tão evidentes o desconhecimento acerca do que é crase e suas regras de uso e a ideia de que esta se resume a um mero sinal gráfico sobre o **a**, que o usuário imprime um acento grave sobre a preposição **a**, antes de uma palavra masculina e, ainda pior, no plural: *Pizza lenha à 500m*.

Ele também não percebe que “crase” é “fusão”, fusão de sons de mesma intensidade – e qualidade –, tanto é que não mantém o raciocínio em ambos os contextos que a favorecem aí na placa. Junta “Pizza a”, mas não junta “lenha a”, conforme formalizamos a seguir:



Esse contexto e outros que mostraremos adiante demonstram que a polêmica no domínio da gramática quanto à crase ainda está muito longe de acabar. Mesmo que as normas de uso da língua sejam transmitidas na escola e que se exija das pessoas que escrevam de acordo com elas, o que se verifica é uma enorme confusão no atendimento a esses padrões ortográficos, dentre os quais se insere a crase.

Tais situações refletem o que diz Faraco (2007, p. 16) sobre o padrão normativo da língua para um grande número de usuários: "... quando escrevem [e] encontram dificuldades para se adequar a certas estruturas do modelo de língua cultivado socialmente na escrita." São a evidência de uma vocalização que se sobrepõe à linguagem escrita.

Atentemos para estes outros contextos, semelhantes aos que apresentamos aqui e que ratificam nosso discurso:

Fotografia 3 – Placa de indicação



Fonte: Autora, 2012.

Fotografia 4 – Placa na estrada



Fonte: Autora, 2012.

Fotografia 5 – Placa em bar



Fonte: Autora, 2012.

Nessa última fotografia, clicada no dia 21.2.2012, em um bar no Recife Antigo, em Pernambuco, o alheamento ao emprego da crase é ainda maior: grafa-se-a com acento agudo.

Após a exposição desses casos de manifestação da crase no português, não contemplados pela gramática normativa, analisamos que há uma clara interferência da oralidade na escrita. Percebemos também que, ao escreverem, os autores das frases acima fazem-no, ora a partir dos sons que ouvem, ora intuitivamente, a partir das lições gramaticais que receberam na escola, as quais, embora não as tenham

entendido, por serem limitadas e confusas, sabem que existem e são exigidas na modalidade escrita da língua.

Dessa forma, é bastante compreensível o fato de muitos usuários do português brasileiro sentirem dificuldades em registrar a crase na escrita, visto que, na fala, não há diferenciação entre os sons que aí se fundem, mesmo assim são especificados nas regras de uso, como se fossem nitidamente visíveis e de fácil identificação.

Assim sendo, entendemos como melhor justificativa para a ocorrência da crase, tanto na fala quanto na escrita, a igualdade dos traços fonológicos, razão pela qual destacamos a relevância que a sequência de sílabas átonas tem na produção desse fenômeno.

Por não vermos a necessidade de colocação do acento grave sobre o **a**, como indicação de sua ocorrência, defendemos a sua abolição, compartilhando com o humorista Millôr Fernandes a opinião de que, “se todo mundo erra na crase, é a regra da crase que está errada.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Normalmente, os usuários do português queixam-se das dificuldades de aprender a língua, devido às complexidades gramaticais, fonéticas e ortográficas que apresenta, as quais são peculiares a qualquer sistema linguístico, diferenciando de um para o outro apenas na frequência com que acontecem.

No que se refere à crase, o português brasileiro parece complexo e conservador. Poucos assuntos na nossa língua são tão polêmicos quanto esse. Assim como encontramos posicionamentos de autores defendendo a perpetuação do fenômeno na língua, como o de Chico Viana, no artigo “Cuidado com a crase”, na revista *Língua Portuguesa*, nº 71, também deparamo-nos com julgamentos radicalmente contrários à sua existência.

É o caso do Projeto de Lei 5.154/05, do deputado federal pelo PDT-SP, João Herrmann Neto, enviado para aprovação pela Câmara, propondo a extinção do acento, porque, segundo o parlamentar, a crase complica a língua portuguesa e só serve para “humilhar muita gente”, declarando-se, pois, contrário ao aforismo do poeta Ferreira Gullar acerca do fenômeno: “A crase não foi feita para humilhar ninguém.”

Para ele, que faleceu em 12 de abril de 2009, sem ver concretizado o seu desejo, a maior parte da população brasileira ignora a ocorrência da crase na maioria das expressões em que ela aparece. O deputado alegava que “as ambiguidades podiam ser desfeitas com o estudo e a análise do texto, sem levar em consideração esse sinal obsoleto que o povo já fez morrer”.

São favoráveis a essa opinião o humorista Millôr Fernandes, que afirmou existirem falhas nas regras gramaticais da crase, e o escritor Moacyr Scliar, que, na crônica “Tropeçando nos acentos”, diz que acentuar as palavras representa um gasto de energia impressionante e compartilha com o político a afirmação de que “a crase foi feita, sim, para humilhar”.

Scliar, como diz Chico Viana, parecia ver, na dúvida das pessoas quanto ao emprego da crase, um “traço hamletiano”: Crasear (*sic*) ou não crasear – eis a questão. Escreve o cronista: “A população brasileira se divide em pobres e ricos, mas também se divide em dois grupos, os que sabem usar a crase, a minoria, e a maioria que tem um medo existencial a este sinal.”



Ferreira Gullar, no texto “Uns craseiam, outros ganham fama”, apresenta, além do aforismo já citado, outros aforismos engraçados que criou sobre o assunto, “numa brincadeira com a preocupação dos gramáticos com o uso da crase”, conforme afirma.

Os debates, porém, em torno do assunto, não existem somente entre os usuários comuns da língua, mas, principalmente, entre os linguistas e estudiosos, que analisam o fenômeno em textos escritos, desde o século XIII, e classificam-no ora como metaplasmo, ora como sândi vocálico, crase, degeminação, etc., identificando-o não somente dentro dos vocábulos, mas também nas junturas destes em fronteiras sintático-morfológicas. E é aí que as opiniões não se consolidam e as discussões são cada vez mais frequentes.

Para completar, o fenômeno, embora se caracterize como fusão de sons iguais, foi limitado pela gramática normativa da língua a uma mera contração do **a** preposição com o **a** artigo ou com o **a** dos pronomes demonstrativos *aquele(s)*, *aquela(s)*, *aquilo*. Ao marcá-lo assim na escrita, a norma gramatical desconsiderou outras fusões de grupamentos vocálicos que ocorrem na fala. É o caso, por exemplo, de palavras que apresentam vogais em contato, que se fundem na pronúncia, mas se mantêm separadas na escrita, como *cooperação*, *contra-atacar*, *álcool*, *reescrever* etc.

Nas fronteiras sintático-morfológicas, estando as<sup>10</sup> vogais em posição átona, é comum a crase entre elas, como no exemplo *Reduza a velocidade*, apresentado no capítulo sobre *A crase numa perspectiva sincrônica*, mas a gramática normativa só valoriza o fenômeno como definido no parágrafo anterior e ainda sinalizado graficamente pelo acento grave (˘) sobre a letra **a**: *Dirijo-me à diretora da escola*, *O shopping abrirá às 15h no domingo*, *Fomos à praia no sábado*.

Para a identificação da preposição nesses contextos, basta, pelo raciocínio gramatical, que os comparemos com outros semelhantes, apenas substituindo as palavras femininas posteriores ao **à** por palavras masculinas: *Dirijo-me ao diretor da escola*, *O shopping abrirá ao meio-dia no domingo*, *Fomos ao cinema no sábado*. Ou seja, essa é uma “fórmula infalível”, como afirma Chico Viana, para a determinação do uso ou não do acento indicativo da crase. O professor ainda trata essa “fórmula” como um “simples procedimento”.

---

<sup>10</sup> É interessante registrar que, novamente, aqui neste trecho, fomos alertados pela seguinte mensagem do computador: “Se “vogais” estiver completando o sentido de “estando”, use a crase.”

Seria um simples procedimento se as fusões de sons vocálicos iguais parassem por aí, quando pronunciados, mas a enunciação sequencial de sílabas átonas interfere, e muito, na produção da crase e não se resume somente à descrita pela gramática normativa, cujo conceito refere-se à prosódia e à morfossintaxe.

O fenômeno envolve classes gramaticais diferentes e pede a atenção dos usuários para a estrutura sintática, pois envolve a questão da regência de verbos e nomes que pedem complementos precedidos da preposição **a**. É, por exemplo, o caso dos verbos que já citamos: *dirigir-se a* alguém ou algum lugar e *ir a* algum lugar.

Em casos assim, não colocar o acento grave indicador da crase, segundo a gramática normativa, quando o complemento dos verbos é uma palavra feminina, corresponde à ausência da preposição exigida por estes. É como se disséssemos, considerando os exemplos dados: *Dirijo-me o diretor da escola* ou *Fomos o cinema no sábado*.

Ainda que questionemos a regência do verbo *ir*, que, no português brasileiro cotidiano, é usado, na maioria das vezes, com a preposição *em* no lugar de **a**, esse uso, não aceito pelas normas gramaticais, não anula a exigência da preposição pelo verbo: *ir em* algum lugar (*Fomos na praia no sábado*, *Fomos no cinema no sábado*).

Parece-nos, entretanto, que a presença da preposição *em* é mais forte na construção das sentenças do que a preposição **a**, uma questão que não discutimos no desenvolvimento da nossa pesquisa, haja vista não ser a regência verbal o nosso foco.

No que diz respeito à pronúncia, a crase ocorre em junturas vocabulares em que as vogais têm traços fonológicos iguais – e independe da classe gramatical a que essas vogais pertençam –, como no exemplo citado no desenvolvimento deste trabalho: *Pizza a lenha a 500m*, em cuja pronúncia o **a** de *pizza* se junta à primeira preposição **a** e o **a** de *lenha*, à preposição **a** seguinte. Esse tipo de junção, embora não seja normatizado gramaticalmente, é estudado na metrificação, que é um estudo voltado para a sonorização e onde o fenômeno recebe, coincidentemente, o mesmo nome: crase.

É aí onde apresentamos a principal incoerência entre as regras estabelecidas para a escrita e os fatos que constituem a modalidade falada da língua, especificamente no que concerne à crase, um objetivo que buscamos alcançar

quando desenvolvemos esta nossa pesquisa. Para embasá-lo, mostramos que o estudo escolar do fenômeno, meramente gramatical, não é suficiente para a sua compreensão como um fato da nossa língua. Necessário se faz que o professor leve o aluno a compreender, por meio do conhecimento histórico e de variedade do uso, os aspectos fonológicos que constituem a crase, para a real apropriação do sistema de escrita desta.

A presença do acento indicativo da crase também não se nos apresenta como algo necessário para que se perceba a ocorrência do fenômeno nas estruturas frasais da língua, como religiosamente pregam as gramáticas normativas. Tanto é assim, que, no português europeu, só depois do Acordo Ortográfico de 1945 o acento grave passou a integrar as regras gramaticais, com o único objetivo de eliminar as divergências ortográficas existentes entre Brasil e Portugal.

Contrariamente ao que muitos pensam, os acentos não modificam o som dos fonemas. Não é, por exemplo, o acento agudo que torna o fonema mais aberto, ou o acento circunflexo que o torna mais fechado, assim como não é o acento grave que deve levar as pessoas a pronunciarem a vogal **a** duas vezes.

Os estudos linguísticos modernos foram os responsáveis por eliminar essa ideia, mostrando que a escrita é representativa da fala, e não o inverso, conforme aponta Fávero (2002, p. 10):

- “a escrita é o simbolismo visual da fala” (SAPIR, 1921, p.19);
- “a escrita não é a linguagem, mas uma forma de gravar a linguagem por marcas visíveis” (BLOOMFIELD, 1933, p.21);
- “a comunicação escrita é derivada da norma conversacional face a face” (FILLMORE, 1981, p.153);
- “a escrita decorre da fala e é secundária em referência a esta” (MATTOSO CÂMARA, 1969, p.11).

Além disso, essa representação é, por sua própria característica, imperfeita, não consegue expressar todos os contextos de fala, mostrando que esta independe daquela para existir. E isso é de fácil constatação, pois há povos que não têm escrita, entretanto comunicam-se por meio da fala, usando-a, normalmente, no dia-a-dia. Assim como as letras, os acentos e toda a modalidade escrita da língua têm por finalidade a mera representação dos sons fonêmicos desta.

Nosso propósito foi também apresentar nossas considerações acerca da tendência do fenômeno crase no português, que é o seu desaparecimento da

escrita, tal qual se deu com o trema, decorrente, principalmente, do descuido dos usuários em registrá-lo na escrita, conforme rezam os padrões normativos da língua.

Arriscamo-nos a dizer que, por causa disso, a tendência é a crase tornar-se, para a modalidade escrita do português, uma espécie de “arcaísmo”, ponto de vista esse amparado em Coseriu (1979, p. 21):

É verdade que num estado de língua podemos comprovar, por exemplo, arcaísmos. Mas eles, enquanto existem e funcionam, são elementos atuais. Mais ainda: funcionalmente, um “arcaísmo” (um elemento que pode dar sabor arcaico a um discurso) só o é do ponto de vista atual; em outras épocas não teria podido cumprir essa função. Dessa maneira, é indubitável que até os falantes têm consciência de que certos elementos são “mais velhos” ou “mais novos”, mas não manifestam essa consciência ao falar *com* esses elementos, na *linguagem primária*, mas ao falar *sobre* eles, na *metalinguagem*, isto é, enquanto, deixando de ser simplesmente “falantes”, se tornam de alguma maneira “linguistas” e adotam um ponto de vista histórico.

A tendência é, em consequência de seu desuso pelos usuários da língua, que, assim como o trema, o acento grave indicador da crase seja abolido de nossa grafia, tal qual aconteceu com o acento grave “nas sílabas subtônicas nos advérbios ou palavras acrescidas com o sufixo *-mente* ou iniciados por *-z-* ou seus derivados: *académica*>*acadèmicamente*, *económica*>*econòmicamente*, *pé*>*pèzada*, etc.”

E nada mais será motivo para que a minoria dos usuários, que defende a elitização da língua, a partir da imposição de regras que a maioria não consegue entender e aplicar no cotidiano, valha-se de argumentos como a evitação de ambiguidade e a necessidade de clareza para a existência de um acento, que expõe tantos a tão grandes vexames.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Latina**: curso único e completo. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. **Normas cultas e normas vernáculas**: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre o português brasileiro. UFRJ/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2005.

BARRETO, Mário. **Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: INL, 1980.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BISOL, L. **Sândi vocálico externo**: degeminação e elisão. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 23, p. 83-101, jul/dez 1992.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Análise fonológica**: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico. 1ª reimpressão. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fonologia do português**: análise pela geometria de traços. Campinas: Edição do Autor, 1997.

CAMARA JR., Mattoso. **Para um estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CANGEMI, Ana Carolina; MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **Elisão e crase: processos de sândi presentes nas Cantigas de Santa Maria**. Araraquara: UNESP, [2007?]. PIBIC-CNPq. Disponível em < [http://prope.unesp.br/xxi\\_cic/27\\_35081190845.pdf](http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_35081190845.pdf) > Acesso em 06 abr. 2011.

CARDOSO, Wilton; CUNHA, Celso. **Português através de textos**: estilística e gramática histórica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. et al. **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo: Fapesp; Campinas: Pontes Editores, 2007.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança linguística. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CRISTOFOLINI, Carla. 2008. **Trocas ortográficas**: uma interpretação a partir de análises acústicas. 205 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

CRYSTAL, David. **Dicionário de linguística e fonética**. Trad. e adap. [da 2. ed. inglesa rev. e ampliada, publicada em 1985], Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

FARIA, Ernesto. **Fonética Histórica do Latim**. 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Oralidade e escrita**: perspectiva para o ensino de língua materna. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FORMULÁRIO Ortográfico de 1943. In: Acordo Ortográfico. Lisboa: ILTEC, 1940. Disponível em <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1943>>. Acesso em 25 fev. 2011.

GONÇALVES, Maria Filomena. **As idéias ortográficas em Portugal**: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911). Lisboa: Dinalivro, 2003.

HOUAISS, Antônio et al. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HORTA, Prof. Brant. **Noções de gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: J.R. de Oliveira & C. Editores, 1939.

HUBER, Joseph. **Gramática do português antigo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1933.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEÃO, Duarte Nunes de. **Origem, e Orthographia da Lingua Portugueza**. Nova edição. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1784. Disponível em <  
[http://books.google.com.br/books?id=1vgAAAAMAAJ&pg=PR5&dq=Orthographia,+de+Duarte+Nunes+de+Le%C3%A3o&hl=pt-BR&ei=lv0VTqX9NcfY0QGmvJhv&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CC8Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=1vgAAAAMAAJ&pg=PR5&dq=Orthographia,+de+Duarte+Nunes+de+Le%C3%A3o&hl=pt-BR&ei=lv0VTqX9NcfY0QGmvJhv&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CC8Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 09 jul. 2011.

LEITTE, Yonne. **O pensamento fonológico de J. Mattoso Câmara Jr.** Estudos da língua(gem). Mattoso Câmara e os estudos linguísticos no Brasil. Vitória da Conquista, n. 2, p. 29-44, dez 2005.

LOBATO, Antonio José dos Reis. **Arte da grammatica da lingua portugueza**. Nova edição. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1824. Disponível em <  
[http://books.google.com.br/books?id=0LifX3zayyYC&pg=PR14&dq=arte+da+grammatica+da+lingua+portuguesa&hl=pt-BR&ei=FGwvTtjCENSztweFrJmkCQ&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=2&ved=0CDUQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=0LifX3zayyYC&pg=PR14&dq=arte+da+grammatica+da+lingua+portuguesa&hl=pt-BR&ei=FGwvTtjCENSztweFrJmkCQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CDUQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 09 jul. 2011.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Português fora das gramáticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.

MAIA, M<sup>a</sup> Clarinda de A. **História do galego-português**: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência ao galego moderno). Coimbra: INIC, 1986.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Sândi vocálico externo em português arcaico**: condicionamentos linguísticos e usos estilísticos. Estudos Linguísticos XXXV, p. 76-94, 2006. [ 76 / 94 ] Araraquara: UNESP, 2006. PIBIC-CNPq. Disponível em <

<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/gcm.pdf> > Acesso em: 06 abr. 2011.

MAURER JR., Th. Henrique. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MATEUS, Maria Helena Mira. et al. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: fonologia**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina. **Lições de Filologia Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Dinalivro, 1956.

MOREIRA, Nadja da Costa Ribeiro. **Saber linguístico na acentuação do português**. Rev. de Letras, [Ceará], v. 19, n. 1/2, p. 32, jan/dez 1997. Disponível em < <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl19Art04.pdf> >. Acesso em: 20 maio 2011.

NESPOR, M. & VOGEL, I. 1986. **Prosodic Phonology**. Dordrecht-Holland: Foris Publications.

NOGUEIRA, Milca Veloso. **Aspectos segmentais dos processos de sândi vocálico externo no falar de São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

NOLL, Volker. **O português brasileiro: formação e contrastes**. Trad. Mário Eduardo Viaro. 1. ed. São Paulo: Globo, 2008.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

TEIXEIRA, José. **Língua portuguesa e as novas tecnologias de comunicação: as dinâmicas da(s) escrita(s)** in Diacrítica – Série Ciências da Linguagem, Nº 22.1, 2008, pp. 107-127, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. ISSN 0807-8967. Disponível em: < [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8218/1/Escrita\\_s\\_%20TIC%20Diacr%C3%ADtica.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8218/1/Escrita_s_%20TIC%20Diacr%C3%ADtica.pdf) > Acesso em: 20 maio 2011.



TENANI, Luciani Ester. **Domínios prosódicos no português do Brasil:** implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese (Doutorado em Linguística). Disponível em: [www.gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema 06/ 417.pdf](http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema%2006/417.pdf). Acesso em: 20/04/2011.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa.** Trad. Celso Cunha. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TRASK, R. **Dicionário de linguagem e linguística.** Trad. e adap. de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

VIANA, A. R. Gonçalves. **Bases da ortografia portuguesa.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. Disponível em <<http://purl.pt/437>>. Acesso em 25 fev. 2011.

WILLIAMS, Edwin B. **Do latim ao português:** fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. M. (Org.). **Dicionário de termos linguísticos.** v. 1. Lisboa: Cosmos, 1990.